

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	17
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	47
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	88
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	90
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	91
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	92
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	344.444
Preferenciais	0
Total	344.444
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	3.221.187	3.064.518
1.01	Ativo Circulante	108.940	263.186
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	17.996	185.442
1.01.03	Contas a Receber	74.067	60.227
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	74.067	60.227
1.01.03.02.01	Contas a Receber - Partes Relacionadas	74.067	60.227
1.01.07	Despesas Antecipadas	275	59
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	16.602	17.458
1.01.08.03	Outros	16.602	17.458
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	14.632	14.632
1.01.08.03.03	Outros Créditos	1.970	2.826
1.02	Ativo Não Circulante	3.112.247	2.801.332
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	967.594	806.660
1.02.01.03	Contas a Receber	325	302
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	325	302
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	947.252	787.826
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	947.252	787.826
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	20.017	18.532
1.02.01.09.03	Depósito Judiciais	4.881	4.806
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	15.136	13.726
1.02.02	Investimentos	2.137.003	1.988.918
1.02.02.01	Participações Societárias	2.137.003	1.988.918
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.137.003	1.988.918
1.02.03	Imobilizado	7.012	5.095
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.012	5.095
1.02.04	Intangível	638	659
1.02.04.01	Intangíveis	638	659

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	3.221.187	3.064.518
2.01	Passivo Circulante	124.546	102.648
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.845	11.530
2.01.01.01	Obrigações Sociais	12.845	11.530
2.01.02	Fornecedores	1.836	1.003
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.836	1.003
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.213	2.709
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	80.827	60.675
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	80.827	60.675
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	80.827	60.675
2.01.05	Outras Obrigações	26.825	26.731
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	179	201
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	179	201
2.01.05.02	Outros	26.646	26.530
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	22.183	0
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	22.183
2.01.05.02.05	Outros	4.463	4.347
2.02	Passivo Não Circulante	1.069.943	1.033.667
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	210.648	205.022
2.02.01.02	Debêntures	210.648	205.022
2.02.02	Outras Obrigações	859.295	828.645
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	859.226	828.577
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	859.226	828.577
2.02.02.02	Outros	69	68
2.02.02.02.03	Fornecedores	69	68
2.03	Patrimônio Líquido	2.026.698	1.928.203
2.03.01	Capital Social Realizado	772.417	772.417
2.03.04	Reservas de Lucros	1.276.552	1.178.057
2.03.04.01	Reserva Legal	101.425	80.076
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.175.127	1.097.981
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-22.271	-22.271

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	101.007	91.907
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.051	-7.930
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-7.127	-5.086
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-3.208	-2.248
3.04.02.03	Tributária	-716	-596
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	5.397	5.056
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	106.661	94.781
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	101.007	91.907
3.06	Resultado Financeiro	-2.512	-2.763
3.06.01	Receitas Financeiras	28.192	10.741
3.06.01.01	Receitas Financeiras	28.200	10.741
3.06.01.02	Varição Cambial Líquida	-8	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-30.704	-13.504
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	98.495	89.144
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	98.495	89.144
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	98.495	89.144
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,28600	0,25880

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	98.495	89.144
4.03	Resultado Abrangente do Período	98.495	89.144

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.765	-2.560
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-97.906	-93.130
6.01.01.01	Depreciações e Amortizações	484	314
6.01.01.02	Baixa de Ativos Permanentes	0	44
6.01.01.03	Juros e Variações Monetárias de Empréstimos	8.271	1.293
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	-106.661	-94.781
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.354	1.426
6.01.02.01	Contas a Receber	-576	3.073
6.01.02.03	Despesas Antecipadas	-216	-512
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-4.066	-3.775
6.01.02.05	Outros créditos	856	-509
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-75	-48
6.01.02.07	Outras Contas	-1	-44
6.01.02.08	Fornecedores	833	263
6.01.02.09	Obrigações Sociais	1.315	1.541
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	-496	-122
6.01.02.11	Contas a Pagar - Partes Relacionadas	83	1.654
6.01.02.12	Cauções Contratuais	-22	-102
6.01.02.20	Outras Contas a Pagar	11	7
6.01.03	Outros	98.495	89.144
6.01.03.01	Lucro Líquido do Exercício	98.495	89.144
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-45.681	-20.255
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-2.326	0
6.02.02	Adições ao Intangível	-53	0
6.02.03	Adições aos Investimentos	-55.000	-25.000
6.02.07	Rendimentos de Juros Sobre Capital Próprio	4.698	4.745
6.02.08	Recebimento de Dividendos	7.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-120.000	32.000
6.03.01	Captações	0	107.000
6.03.02	Empréstimos Empresas Ligadas	-120.000	-75.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-167.446	9.185
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	185.442	11.419
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	17.996	20.604

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	772.417	0	1.155.786	0	0	1.928.203
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	772.417	0	1.155.786	0	0	1.928.203
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	98.495	0	98.495
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	98.495	0	98.495
5.07	Saldos Finais	772.417	0	1.155.786	98.495	0	2.026.698

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	679.970	0	1.015.114	0	0	1.695.084
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	679.970	0	1.015.114	0	0	1.695.084
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	89.144	0	89.144
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	89.144	0	89.144
5.07	Saldos Finais	679.970	0	1.015.114	89.144	0	1.784.228

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.04	Retenções	-484	-314
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-484	-314
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-484	-314
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	140.279	110.596
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	106.661	94.781
7.06.02	Receitas Financeiras	28.200	10.741
7.06.03	Outros	5.418	5.074
7.06.03.01	Dividendos Recebidos	1.177	1.955
7.06.03.02	Outros	4.241	3.119
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	139.795	110.282
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	139.795	110.282
7.08.01	Pessoal	3.452	2.484
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.608	1.976
7.08.01.02	Benefícios	643	307
7.08.01.03	F.G.T.S.	201	201
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.279	2.606
7.08.02.01	Federais	1.226	2.572
7.08.02.02	Estaduais	23	23
7.08.02.03	Municipais	30	11
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	12.096	16.048
7.08.03.01	Juros	5.625	11.491
7.08.03.02	Aluguéis	385	311
7.08.03.03	Outras	6.086	4.246
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	122.968	89.144
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	24.473	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	98.495	89.144

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	8.016.382	7.369.011
1.01	Ativo Circulante	1.467.178	1.161.458
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.283.907	929.911
1.01.02	Aplicações Financeiras	22.713	47.383
1.01.03	Contas a Receber	115.198	126.709
1.01.03.01	Clientes	115.198	126.709
1.01.04	Estoques	9.662	7.662
1.01.06	Tributos a Recuperar	22.226	33.691
1.01.07	Despesas Antecipadas	8.421	10.411
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.051	5.691
1.01.08.03	Outros	5.051	5.691
1.01.08.03.03	Outros Créditos	5.051	5.691
1.02	Ativo Não Circulante	6.549.204	6.207.553
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	281.758	256.654
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	67.461	63.604
1.02.01.03	Contas a Receber	577	548
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	577	548
1.02.01.06	Tributos Diferidos	178.057	172.108
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	178.057	172.108
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	17	22
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	35.646	20.372
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	20.510	20.372
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	15.136	0
1.02.02	Investimentos	1.053	1.053
1.02.02.01	Participações Societárias	1.053	1.053
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.053	1.053
1.02.03	Imobilizado	41.169	46.377
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	41.169	46.377
1.02.04	Intangível	6.225.224	5.903.469
1.02.04.01	Intangíveis	6.225.224	5.903.469

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	8.016.382	7.369.011
2.01	Passivo Circulante	1.057.428	900.491
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	86.823	79.899
2.01.01.01	Obrigações Sociais	86.823	79.899
2.01.02	Fornecedores	129.648	122.115
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	129.648	122.115
2.01.03	Obrigações Fiscais	79.831	82.679
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	404.529	288.482
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	152.477	142.989
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	152.477	142.989
2.01.04.02	Debêntures	252.052	145.493
2.01.05	Outras Obrigações	190.027	187.784
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	155	154
2.01.05.02	Outros	189.872	187.630
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	22.183	22.183
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	45.914	44.847
2.01.05.02.05	Outros	50.290	50.301
2.01.05.02.06	Credores pela Concessão	71.485	70.299
2.01.06	Provisões	166.570	139.532
2.01.06.02	Outras Provisões	166.570	139.532
2.01.06.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	84.444	71.043
2.01.06.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	82.126	68.489
2.02	Passivo Não Circulante	4.978.523	4.588.947
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.227.877	3.836.246
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.246.829	2.148.990
2.02.01.02	Debêntures	1.981.048	1.687.256
2.02.02	Outras Obrigações	209.292	220.042
2.02.02.02	Outros	209.292	220.042
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	207.137	216.540
2.02.02.02.04	Receita Diferida	107	427
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	1.763	2.785
2.02.02.02.06	Fornecedores	285	290
2.02.03	Tributos Diferidos	79.623	76.326
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	79.623	76.326
2.02.04	Provisões	461.731	456.333
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	13.035	11.787
2.02.04.02	Outras Provisões	448.696	444.546
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	418.140	401.395
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	30.556	43.151
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.980.431	1.879.573
2.03.01	Capital Social Realizado	772.417	772.417
2.03.04	Reservas de Lucros	1.230.285	1.129.427
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-22.271	-22.271

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	905.060	738.121
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-616.623	-481.284
3.03	Resultado Bruto	288.437	256.837
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-49.863	-43.612
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-54.771	-48.137
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-49.520	-43.719
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-5.251	-4.418
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	5.916	5.334
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.008	-809
3.04.05.01	Tributárias	-1.008	-809
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	238.574	213.225
3.06	Resultado Financeiro	-83.752	-70.301
3.06.01	Receitas Financeiras	24.037	12.611
3.06.01.01	Receitas Financeiras	24.043	12.625
3.06.01.02	Variação Cambial	-6	-14
3.06.02	Despesas Financeiras	-107.789	-82.912
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	154.822	142.924
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-53.964	-50.200
3.08.01	Corrente	-56.616	-48.483
3.08.02	Diferido	2.652	-1.717
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	100.858	92.724
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	100.858	92.724
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	100.858	92.724
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,29280	0,26920

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	100.858	92.724
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	100.858	92.724
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	100.858	92.724

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	250.610	227.288
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	193.346	176.429
6.01.01.01	Depreciações e Amortizações	77.773	65.614
6.01.01.02	Baixa de Ativos Permanentes	665	120
6.01.01.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-2.652	1.717
6.01.01.04	Variação Monetária e Juros sobre Credores Pela Concessão	9.128	6.289
6.01.01.05	Receita com Aplicações Vinculadas	-3.434	-1.960
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias de Empréstimos	23.649	27.943
6.01.01.07	Juros e Variações Monetárias de Debêntures	54.783	33.840
6.01.01.08	Despesas Financeiras dos Ajustes a Valor Presente	9.462	9.320
6.01.01.09	Constituição (reversão) de Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	1.739	1.889
6.01.01.10	Constituição (reversão) de Provisão para Manutenção	22.233	31.657
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-43.069	-36.468
6.01.02.01	Contas a Receber	11.511	-8.053
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-3	75
6.01.02.03	Estoques	-2.000	1.055
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	1.995	700
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	-3.343	-93
6.01.02.06	Outros Créditos	640	-1.712
6.01.02.07	Cauções Contratuais	-11	2
6.01.02.08	Depositos Judiciais	-138	-1.290
6.01.02.09	Outras Contas a Receber	-18	-76
6.01.02.10	Fornecedores	-14.997	2.533
6.01.02.11	Fornecedores - Partes Relacionadas	0	1.661
6.01.02.12	Cauções Contratuais de Fornecedores	-81	652
6.01.02.13	Obrigações Sociais	6.924	7.684
6.01.02.14	Obrigações Fiscais	49.395	46.884
6.01.02.15	Receita Diferida	-320	-299
6.01.02.16	Contas a Pagar - Partes Relacionadas	865	3.197
6.01.02.17	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-52.460	-53.823
6.01.02.18	Credores Pela Concessão	-126	19
6.01.02.19	Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	-491	-644
6.01.02.20	Pagamenbto de JHuros - Federais	-40.411	-34.940
6.01.03	Outros	100.333	87.327
6.01.03.01	Outros Passivos	-53	28
6.01.03.02	Lucro Líquido do Exercício	100.858	92.724
6.01.03.03	Adiantamento de Seguros	-472	-5.425
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-331.894	-217.026
6.02.01	Aquisições de Itenbs do Ativo Imobilizado	-5.202	-593
6.02.02	Aquisições de Itens do Intangível	-350.611	-245.067
6.02.04	Aplicação Financeira Vinculada	-45.272	-85.138
6.02.05	Valos Resgatado das Aplicações Vinculadas	69.191	113.772
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	435.280	-107.300
6.03.01	Captações	139.733	64.832

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.03.02	Pagamentos	-33.206	-22.340
6.03.03	Pagamento de Juros	-245	-517
6.03.04	Pagamento de Debêntures Principal	-129.403	-84.280
6.03.05	Pagamento de Debêntures Juros	-75.102	-48.786
6.03.06	Pagamento de Credores pela Concessão	-17.219	-16.209
6.03.07	Emissão de Debêntures	550.722	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	353.996	-97.038
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	929.911	681.437
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.283.907	584.399

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	772.417	0	1.107.156	0	0	1.879.573	0	1.879.573
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	772.417	0	1.107.156	0	0	1.879.573	0	1.879.573
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	100.858	0	100.858	0	100.858
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	100.858	0	100.858	0	100.858
5.07	Saldos Finais	772.417	0	1.107.156	100.858	0	1.980.431	0	1.980.431

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	679.970	0	834.668	0	0	1.514.638	0	1.514.638
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	679.970	0	834.668	0	0	1.514.638	0	1.514.638
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	92.446	0	0	92.446	0	92.446
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	92.446	0	0	92.446	0	92.446
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	92.724	0	92.724	0	92.724
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	92.724	0	92.724	0	92.724
5.07	Saldos Finais	679.970	0	927.114	92.724	0	1.699.808	0	1.699.808

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	966.719	790.653
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	575.235	536.515
7.01.02	Outras Receitas	391.484	254.138
7.01.02.01	Receitas dos Serviços de Construção	377.691	226.806
7.01.02.02	Outros	13.793	27.332
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-500.723	-383.856
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-29.892	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-39.338	-29.805
7.02.04	Outros	-431.493	-354.051
7.02.04.01	Custos dos Serviços Prestados	0	-59.983
7.02.04.02	Custos dos Serviços de Construção	-377.691	-226.806
7.02.04.03	Custo de Concessão	-31.708	-31.343
7.02.04.04	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-38.493	-48.894
7.02.04.05	Outros	16.399	12.975
7.03	Valor Adicionado Bruto	465.996	406.797
7.04	Retenções	-77.773	-65.614
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-77.773	-65.614
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	388.223	341.183
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	47.292	25.186
7.06.02	Receitas Financeiras	24.043	12.623
7.06.03	Outros	23.249	12.563
7.06.03.01	Dividendos Recebidos	1.177	1.955
7.06.03.02	Juros Capitalizados	17.723	7.471
7.06.03.03	Outros	4.349	3.137
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	435.515	366.369
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	435.515	366.369
7.08.01	Pessoal	81.721	69.422
7.08.01.01	Remuneração Direta	56.577	50.178
7.08.01.02	Benefícios	20.744	15.078
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.400	4.166
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	128.585	115.187
7.08.02.01	Federais	93.874	84.083
7.08.02.02	Estaduais	199	199
7.08.02.03	Municipais	34.512	30.905
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	124.351	89.036
7.08.03.01	Juros	88.738	70.689
7.08.03.02	Aluguéis	3.034	2.724
7.08.03.03	Outras	32.579	15.623
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	17.723	7.471
7.08.03.03.02	Outras	14.856	8.152
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	100.858	92.724
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	100.858	92.724

2014

Divulgação dos Resultados Consolidados do Primeiro Trimestre (1T14)



1T14: 175,6 MILHÕES DE VEIC. EQ. PEDAGIADOS (+1,1%), REC. LÍQUIDA DE R\$ 905,1 MILHÕES (+22,6%), EBITDA AJUSTADO DE R\$ 354,8 MILHÕES (+8,3%) E LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 100,9 MILHÕES (+8,8%)

AGENDA DE DIVULGAÇÃO

TELECONFERÊNCIA



EM PORTUGUÊS

Sexta-feira (09/05/2014)
10:00 (São Paulo)
09:00 (US Eastern Time)
Tel.: +55 (11) 3193-1001
Código: ARTERIS
Replay: Entre 09/05 e 15/05
Fone: +55 (11) 3193-1012
Código: 1634834#

EM INGLÊS

Sexta-feira (09/05/2014)
12:00 (São Paulo)
11:00 (US Eastern Time)
Tel.: +55 (11) 3193-1001
Código: ARTERIS
Replay: Entre 09/05 e 15/05
Fone: +55 (11) 3193-1012
Código: 7870724#

WEBCAST

O áudio da teleconferência será transmitido ao vivo pela internet através do link <http://webcall.rweb.com.br/arteris> e ficará disponível no site da Companhia após o evento.

São Paulo, 08 de maio de 2014 – Arteris S.A. – (Novo Mercado da BM&FBovespa: ARTR3) anuncia seus resultados consolidados do 1T14, período encerrado em 31 de março de 2014. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em base consolidada e em Reais, de acordo com a Legislação Societária.

DESTAQUES 1T14

- **Tráfego Pedagiado:** 175,6 milhões de veículos equivalentes registrados no 1T14, com crescimento de 1,1% em relação ao 1T13. Em bases comparáveis (sem efeitos não recorrentes), o crescimento foi de 5,4%.
- **Receita de Pedágio:** Crescimento de 7,2% com relação ao 1T13, em função do aumento do tráfego consolidado e reajustes tarifários nas rodovias federais, totalizando R\$ 575,2 milhões. As rodovias estaduais apresentaram crescimento de 10,8% e as federais de 2,6%.
- **EBITDA Ajustado:** Aumento de 8,3%, totalizando R\$ 354,8 milhões com margem EBITDA ajustada* de 67,3% (+3,2 p.p.).
- **Lucro Líquido:** Melhora de 8,8% na comparação com o 1T13, registrando um total de R\$ 100,9 milhões.
- **Endividamento:** A dívida líquida totalizou R\$ 3,3 bilhões ao final do 1T14, com um aumento de 5,7% em relação ao 4T13. O grau de alavancagem, medido pela relação Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - Ônus Fixo (últ. 12 meses), ficou em 2,4x.
- **Investimentos:** Desembolso de R\$ 375,8 milhões em ativos intangíveis e imobilizados e manutenção de rodovias no 1T14.



Indicadores Financeiros	1T14	4T13	1T13	Var% 1T14/4T13	Var% 1T14/1T13
Veículos equivalentes (Mil)	175.596	184.980	173.731	-5,1%	1,1%
Receita de pedágio (R\$ Mil)	575.235	603.834	536.515	-4,7%	7,2%
Receita líquida (R\$ Mil)	905.060	940.690	738.121	-3,8%	22,6%
EBITDA (R\$ Mil)	316.347	328.659	278.839	-3,7%	13,5%
EBITDA Ajustado (R\$ Mil) ¹	354.840	374.227	327.733	-5,2%	8,3%
Lucro líquido (R\$ Mil)	100.858	137.618	92.724	-26,7%	8,8%
Margem EBITDA*	60,0%	58,9%	54,5%	1,1 p.p.	5,5 p.p.
Margem EBITDA ajustado*	67,3%	67,1%	64,1%	0,2 p.p.	3,2 p.p.
Patrimônio líquido (R\$ Mil)	1.980.431	1.879.573	1.699.808	5,4%	16,5%
Ativos totais (R\$ Mil)	8.016.382	7.369.011	6.107.315	8,8%	31,3%
Dívida bruta / Capitalização total ²	70,1%	68,7%	65,2%	1,4 p.p.	4,9 p.p.
Dívida líquida (R\$ Mil)	3.258.325	3.083.830	2.487.627	5,7%	31,0%
Dívida líquida / EBITDA ajustado excl. ônus fixo ³	2,4	2,3	2,0	0,1	0,4

¹ Considera ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias.

² Capitalização total = patrimônio líquido + dívida bruta

³ EBITDA Ajustado acumulado nos últimos 12 meses

* Margem EBITDA baseada na Receita Operacional Líquida, excluindo Receitas de Construção

BM&FBovespa: ARTR3
Bloomberg: ARTR3 BZ
Thomson Reuters: ARTR.BR

Atualização em 07/05/2014
Preço Fech.: R\$ 18,47 por ação
Valor de Mercado: R\$ 6,4 bilhões

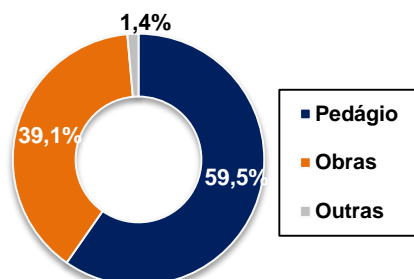
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS					
(Em milhares de reais)					
	1T14	4T13	1T13	Var% 1T14/4T13	Var% 1T14/1T13
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	966.719	1.001.165	790.653	-3,4%	22,3%
Receitas de pedágio	575.235	603.834	536.515	-4,7%	7,2%
Estaduais	333.330	357.049	300.789	-6,6%	10,8%
Autovias	80.621	84.813	72.833	-4,9%	10,7%
Centrovias	87.179	93.990	78.833	-7,2%	10,6%
Intervias	91.138	97.175	82.045	-6,2%	11,1%
Vianorte	74.392	81.071	67.078	-8,2%	10,9%
Federais	241.905	246.785	235.726	-2,0%	2,6%
Planalto Sul	27.545	26.879	24.860	2,5%	10,8%
Fluminense	38.136	41.270	38.855	-7,6%	-1,9%
Fernão Dias	60.236	60.230	55.269	0,0%	9,0%
Régis Bittencourt	66.322	69.994	64.936	-5,2%	2,1%
Litoral Sul	49.666	48.412	51.806	2,6%	-4,1%
Outras receitas	13.793	14.347	27.332	-3,9%	-49,5%
Receitas de obras	377.691	382.984	226.806	-1,4%	66,5%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(61.659)	(60.475)	(52.532)	2,0%	17,4%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	905.060	940.690	738.121	-3,8%	22,6%
CUSTOS E DESPESAS	(588.713)	(612.031)	(459.282)	-3,8%	28,2%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(126.475)	(129.964)	(143.711)	-2,7%	-12,0%
Custo dos serv. de construção	(377.691)	(382.984)	(226.806)	-1,4%	66,5%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(45.711)	(48.774)	(39.978)	-6,3%	14,3%
Remuneração da administração	(5.251)	(6.134)	(4.418)	-14,4%	18,9%
Despesas tributárias	(1.008)	(760)	(809)	32,6%	24,6%
Provisão para manutenção em rodovias	(38.493)	(45.568)	(48.894)	-15,5%	-21,3%
Outras receitas operacionais, líquidas	5.916	2.153	5.334	174,8%	10,9%
EBITDA	316.347	328.659	278.839	-3,7%	13,5%
Margem EBITDA*	60,0%	58,9%	54,5%		
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(77.773)	(77.011)	(65.614)	1,0%	18,5%
Depreciações e amortizações	(77.773)	(77.011)	(65.614)	1,0%	18,5%
RESULTADO FINANCEIRO	(83.752)	(79.366)	(70.301)	5,5%	19,1%
Receitas financeiras	24.043	22.743	12.625	5,7%	90,4%
Despesas financeiras	(107.789)	(102.110)	(82.912)	5,6%	30,0%
Variação cambial, líq.	(6)	1	(14)		
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	154.822	172.282	142.924	-10,1%	8,3%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(53.964)	(34.664)	(50.200)	55,7%	7,5%
Corrente	(56.616)	(60.911)	(48.486)	-7,1%	16,8%
Diferido	2.652	26.247	(1.714)	-89,9%	-254,7%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	100.858	137.618	92.724	-26,7%	8,8%

* A Margem EBITDA considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

Desempenho Econômico-Financeiro

Receita Bruta de Serviços

Composição da Receita Bruta
1T14



A Arteris inicia o ano de 2014 com um **crescimento** de **22,3%** em sua receita bruta, que passou de R\$ 790,7 milhões no 1T13, para **R\$ 966,7 milhões** neste primeiro trimestre. Esta melhora é o resultado da combinação do **crescimento** consolidado do **tráfego** e das **tarifas** de pedágio da Companhia, além de um **acelerado ritmo de investimentos** nas rodovias federais, o que impulsionou as receitas com obras.

No 1T14, do total da receita bruta, 59,5% foram provenientes das **receitas com pedágio** que **cresceram 7,2%** totalizando **R\$ 575,2 milhões**. Já as **receitas de obras** (sem efeito caixa), registraram um **aumento de 66,5%** contribuindo com **R\$ 377,7 milhões**, ou 39,1% do total e as **outras receitas** foram de **R\$ 13,8 milhões**.

Receita de Pedágio

Conforme comentado, as receitas com pedágio auferidas pela Companhia no 1T14 somaram **R\$ 575,2 milhões**, com alta de 7,2%. A maior parte desta receita foi oriunda das **concessões estaduais**, que contribuíram com **57,9% do total**, tendo **crescido 10,8%** em relação ao 1T13 com um montante de **R\$ 333,3 milhões**. Este destacado crescimento (superior ao apresentado pelas rodovias federais) é ainda o reflexo da adição de novos veículos equivalentes pelo advento da cobrança dos eixos suspensos de caminhões, autorizada pelo Governo do Estado de São Paulo no sentido de compensar o congelamento das tarifas de pedágio ocorrido em julho de 2013.

Com relação às **rodovias federais**, o **crescimento** registrado foi de **2,6%**, totalizando uma receita de pedágio de **R\$ 241,9 milhões**. Apesar do crescimento médio das tarifas, o resultado foi impactado por efeitos não recorrentes na evolução do tráfego de duas concessionárias (Autopista Fluminense e Autopista Litoral Sul), conforme será detalhado em seguida.

Tráfego Pedagiado: O **volume total** de tráfego pedagiado da Companhia no 1T14, foi de **175.596 mil veículos**, o que representou um **incremento de 1,1%** em relação ao 1T13.

Em **bases comparáveis** (sem os efeitos não recorrentes provenientes das Autopistas Fluminense e Autopista Litoral Sul – vide explicação na próxima página), o **crescimento** do tráfego da Arteris neste 1T14, foi de **5,4%**.

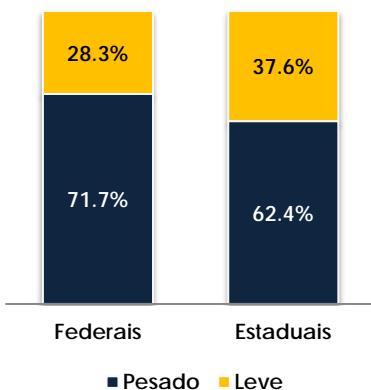
Veículos Equivalentes (Mil)	1T14	4T13	1T13	Var% 1T14/4T13	Var% 1T14/1T13
Estaduais	51.489	55.109	46.437	-6,6%	10,9%
Autovias	11.847	12.484	10.709	-5,1%	10,6%
Centrovias	14.182	15.232	12.768	-6,9%	11,1%
Intervias	16.197	17.312	14.601	-6,4%	10,9%
Vianorte	9.262	10.080	8.359	-8,1%	10,8%
Federais	124.107	129.871	127.294	-4,4%	-2,5%
Planalto Sul	7.245	7.411	6.906	-2,2%	4,9%
Fluminense	11.359	12.496	12.045	-9,1%	-5,7%
Fernão Dias	40.147	42.627	39.478	-5,8%	1,7%
Régis Bittencourt	36.833	38.870	36.076	-5,2%	2,1%
Litoral Sul	28.523	28.468	32.789	0,2%	-13,0%
Total	175.596	184.980	173.731	-5,1%	1,1%

Desde o momento em que o Governo do Estado de São Paulo autorizou todas as concessionárias estaduais a cobrarem pelos **eixos suspensos** de veículos pesados, o crescimento do tráfego destas rodovias vem sendo reforçado pela adição destes novos veículos equivalentes. Já amplamente divulgada, esta medida se deu em julho de 2013 para compensar o congelamento de tarifas ocorrido naquele ano e está ainda em vigor por prazo indeterminado. Os efeitos desta cobrança variam para cada rodovia de acordo com o seu *mix* de veículos, em maior ou menor grau pela participação de veículos pesados na composição do total do tráfego. De qualquer forma, todas **as concessionárias estaduais da Companhia vêm apresentando crescimentos de tráfego de dois dígitos**, uma combinação do **crescimento orgânico** de cada uma delas somado à **adição dos eixos suspensos**. No 1T14, o total de veículos equivalentes das **rodovias estaduais** foi de 51.489 mil, com um **crescimento de 10,9%**.

Da mesma forma do ocorrido ao longo do segundo semestre de 2013, as **rodovias federais** apresentaram uma retração no total do tráfego pedagiado. No 1T14, a **redução** foi de **2,5%** em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta queda se deu unicamente em função de **dois efeitos não recorrentes** apresentados pela **Autopista Fluminense e Autopista Litoral Sul**.

Na **Autopista Fluminense**, em cumprimento à decisão liminar concedida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Campos dos Goytacazes (RJ), foi suspensa a cobrança de pedágio nas Praças P1 e P2 a partir da zero hora do dia 14/01/2014. Esta decisão arbitrária foi contestada judicialmente pela Companhia e acolhida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em favor da Concessionária, o que permitiu o reestabelecimento da cobrança às 10h00min da manhã do dia 11/02/2014. Neste sentido, o fechamento por quase um mês destas importantes praças de pedágio, foi o que causou a redução de 5,7% do tráfego pedagiado da Autopista Fluminense sendo que, **em bases comparáveis, o crescimento da Concessionária teria sido de 4,3%** em relação ao 1T13. As perdas de receita, no montante de aproximadamente R\$ 4,2 milhões, foram pleiteadas pela Concessionária junto ao Poder Concedente para o reequilíbrio do contrato na próxima revisão tarifária.

Composição do Tráfego (Veículos Equivalentes) 1T14



E na **Autopista Litoral Sul**, desde junho de 2013 foi suspensa a cobrança de pedágio da praça localizada no Município de Palhoça (SC) até que esta seja transferida para uma nova localidade, em cumprimento à determinação da ANTT, o que causou uma queda de 13% no tráfego pedagiado em relação ao 1T13, sendo que, **em base comparáveis, o crescimento da Concessionária teria sido de 6,1%** em relação ao 1T13. A nova praça já foi construída e está em fase de testes operacionais com previsão de retomar suas atividades ao longo do 2T14. Como parte da compensação para os investimentos na nova praça, custos operacionais adicionais e a perda de tráfego, a Companhia assinou aditivo contratual no valor de R\$ 175 milhões utilizando a metodologia do fluxo de caixa marginal, recebendo em contrapartida aumentos de tarifas em adição ao repasse da inflação.

Ao **excluirmos estes dois efeitos não recorrentes**, tornando as bases de tráfego comparáveis (desconsiderando a praça P5 da Autopista Litoral Sul e as P1 e P2 da Autopista Fluminense), o **crescimento real das rodovias federais** teria sido de **3,2%** e o **crescimento total** do tráfego da **Arteris** teria sido de **5,4%**.

A **composição do tráfego pedagiado** (medida em veículos equivalentes) no 1T14 foi de **62,4%** de veículos pesados e **37,6%** de veículos leves nas **concessões estaduais**; e de **71,7%** de veículos pesados e **28,3%** de veículos leves nas **concessões federais**.

Tarifa Média: A **tarifa média consolidada** praticada pela Arteris em suas praças de pedágio no 1T14 foi de **R\$ 3,28**, representando um **incremento de 6,1%** em relação à tarifa média do 1T13.

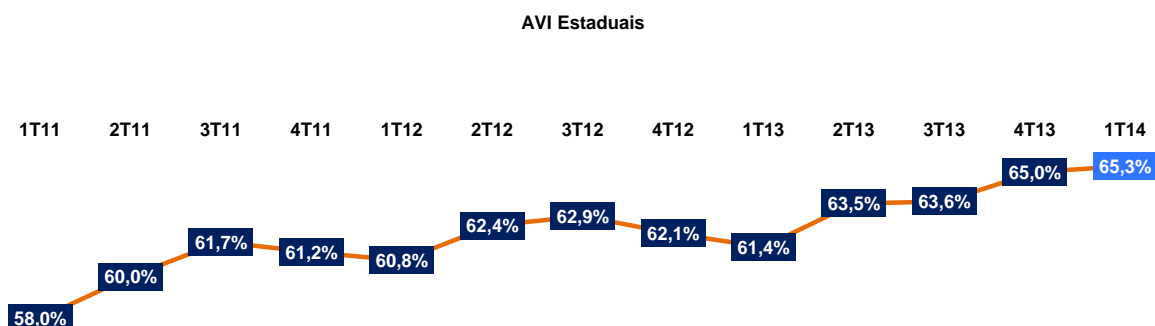
Segue tabela com a evolução consolidada comparativa da tarifa média para cada uma das concessionárias:

Tarifa Média (R\$ / Veic. Equiv.)	1T14	4T13	1T13	Var% 1T14/4T13	Var% 1T14/1T13
Estaduais	6,47	6,48	6,48	-0,1%	-0,1%
Autovias	6,81	6,79	6,80	0,2%	0,1%
Centrovias	6,15	6,17	6,17	-0,4%	-0,4%
Intervias	5,63	5,61	5,62	0,2%	0,1%
Vianorte	8,03	8,04	8,02	-0,1%	0,1%
Federais	1,95	1,90	1,85	2,6%	5,3%
Planalto Sul	3,80	3,63	3,60	4,8%	5,6%
Fluminense	3,36	3,30	3,23	1,7%	4,1%
Fernão Dias	1,50	1,41	1,40	6,2%	7,2%
Régis Bittencourt	1,80	1,80	1,80	0,0%	0,0%
Litoral Sul	1,74	1,70	1,58	2,4%	10,2%
Total	3,28	3,26	3,09	0,4%	6,1%

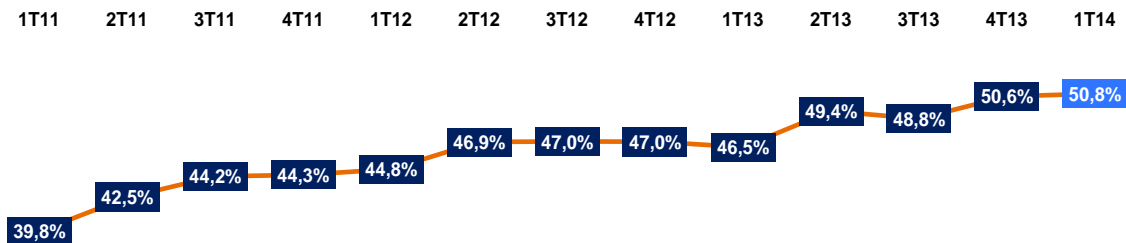
Para as **concessões estaduais** a tarifa média do primeiro trimestre de 2014 foi de **R\$ 6,47**, mantendo-se **inalterada** em relação ao 1T13. Conforme já destacado, em 2013 não houve o reajuste anual de tarifas em atendimento à determinação do Governo do Estado de São Paulo que congelou os valores praticados, não repassando em julho a variação acumulada da inflação do período. Ao mesmo tempo, todas as concessionárias estaduais foram compensadas com a redução do valor pago ao Poder Concedente a título de ônus variável e foram autorizadas a iniciar a cobrança dos eixos suspensos de veículos pesados. Ambas as medidas continuam em vigor e passaram a valer por prazo indeterminado.

As **concessões federais** tiveram um **aumento** médio de tarifas de **5,3%** em relação ao 1T13, refletindo os reajustes ocorridos em fevereiro de 2014 (Autopistas Fluminense e Litoral Sul) e em dezembro de 2013 (Autopista Fernão Dias e Planalto Sul), períodos em que foram repassados a variação acumulada do IPCA e eventuais reequilíbrios econômico-financeiros dos contratos.

Meios Eletrônicos: A receita com cobrança eletrônica (Sistema AVI) nas praças de pedágio das concessionárias estaduais representou 65,3% no 1T14, contra 61,4% no 1T13. Nas concessionárias federais, o percentual médio da receita com cobrança eletrônica foi de 50,8% no 1T14 contra 46,5% no 1T13. A seguir, gráfico com a evolução trimestral da receita por meios eletrônicos desde o primeiro trimestre de 2011:



AVI Federais



Receita de Obras

Representação dos investimentos da Companhia em melhorias da infraestrutura de suas rodovias, porém sem efeito caixa, a **receita de obras** cresceu em compasso ao intenso ritmo de obras empregado pela Arteris no 1T14. Em conjunto com o aumento de *capex* do período, esta rubrica **cresceu 66,5%**, atingindo **R\$ 377,7 milhões**.

Outras Receitas

Em função da reclassificação de receitas provenientes de obras de micro revestimento que estavam sendo contabilizadas como “outras receitas”, mas que a partir do 2T13 passaram a ser registradas como “receitas de obras”, a Companhia apresentou, em comparação com o 1T13, uma **queda de 49,5%** de “**outras receitas**”, totalizando **R\$ 13,8 milhões** ao final do 1T14. Deste montante, **R\$ 6,7 milhões** referem-se à **exploração da faixa de domínio** pelas concessionárias e **R\$ 7,1 milhões** foram oriundos da **conservação e pavimentação** das rodovias realizadas pelas construtoras do grupo.

Receita Líquida de Serviços e Deduções da Receita

A **receita líquida** da Arteris no 1T14 foi de **R\$ 905,1 milhões**, o que representou um **crescimento de 22,6%** em relação ao mesmo período do ano anterior. A melhora está relacionada ao aumento de 7,2% da receita de pedágio entre os períodos (com destaque para as rodovias estaduais) e o crescimento de 66,5% das receitas de obras.

As **deduções da receita**, compostas por tributos como PIS, COFINS e ISS, foram de **R\$ 61,7 milhões** no **1T14**, aumento de 17,4%, relacionado com os crescimentos das receitas de pedágio e outras receitas da Companhia.

Custos e Despesas

No 1T14, a Companhia registrou um total de **custos e despesas** de **R\$ 666,5 milhões**, sendo que este montante foi superior ao registrado no 1T13 (**+27,0%**) apenas em função de variações “não caixa”, principalmente pelo aumento dos custos dos serviços de construção, os quais não impactam o resultado operacional da Companhia.

Os “**custos caixa**”, estes sim uma métrica mais adequada para nosso desempenho operacional, sofreram **retração de 6,0%** em relação ao 1T13, totalizando R\$ 172,5 milhões, sendo que a sua relação com a receita líquida (ex construção) obteve **melhora de 3,2 p.p.**, passando de 35,9% da receita do 1T13, para os atuais 32,7%.

Custos e Despesas Operacionais (R\$ Mil)	1T14	4T13	1T13	Var% 1T14/4T13	Var% 1T14/1T13
Serviços de terceiros	(50.012)	(57.438)	(45.796)	-12,9%	9,2%
Pessoal	(56.647)	(55.907)	(49.325)	1,3%	14,8%
Conservação	(26.460)	(28.709)	(23.737)	-7,8%	11,5%
Verba de fiscalização	(9.613)	(9.224)	(9.097)	4,2%	5,7%
Custos com Poder Concedente	(5.317)	(7.521)	(9.323)	-29,3%	-43,0%
Seguros e garantias	(6.465)	(5.582)	(5.813)	15,8%	11,2%
Remuneração da administração	(5.251)	(6.134)	(4.418)	-14,4%	18,9%
Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscal	(1.072)	(484)	(1.169)	121,5%	-8,3%
Despesas tributárias	(1.008)	(760)	(809)	32,6%	24,6%
Outras despesas operacionais, líq.	(10.684)	(11.720)	(34.095)	-8,8%	-68,7%
Subtotal (Custo Caixa)	(172.529)	(183.479)	(183.582)	-6,0%	-6,0%
% Custo Caixa / Receita Líquida (ex-construção)	32,7%	32,9%	35,9%	-0,1 p.p.	-3,2 p.p.
Custo dos serviços de construção	(377.691)	(382.984)	(226.806)	-1,4%	66,5%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(38.493)	(45.568)	(48.894)	-15,5%	-21,3%
Depreciação e Amortização	(77.773)	(77.011)	(65.614)	1,0%	18,5%
Total	(666.486)	(689.042)	(524.896)	-3,3%	27,0%

A Arteris definiu três eixos* para a sua estratégia de longo prazo e um deles refere-se a operações eficientes, o que significa trazer um novo foco para a gestão de custos que resulte em melhoras operacionais e a expansão das margens da Companhia. O programa de eficiências está em curso desde o segundo semestre de 2013 e entre as medidas adotadas destaca-se a redefinição de políticas organizacionais, a criação de uma diretoria de compras corporativas centralizada na *holding* para redução de custos operacionais e investimentos (via um maior poder de compra e barganha e o uso de processo de leilão eletrônico para compras), a implantação do SAP integrando todas as empresas da Companhia, o desenvolvimento de novas tecnologias de arrecadação de pedágio, a remuneração baseada em desempenho, entre outras medidas.

* Os demais eixos estratégicos são: Cumprimento do plano de investimentos com sustentabilidade econômica, social e do meio ambiente e; fortalecimento da imagem corporativa com responsabilidade social e corporativa.

Com relação à **evolução dos “custos caixa”** no 1T14 na comparação com o 1T13, destaca-se:

- **Custos com serviços de terceiros:** Totalizaram R\$ 50,0 milhões no trimestre, com aumento de 9,2% em função do reajuste anual dos contratos (repasso de inflação e dissídios), além dos custos (alguns deles não recorrentes) relacionados aos projetos de melhores práticas que estão sendo implementados no âmbito do plano de eficiências da Companhia, principalmente a implementação do SAP em todas as empresas do grupo. É importante destacar que estes custos sofreram uma retração de 12,9% em relação ao 4T13, que é uma base mais comparável uma vez que já contava com os efeitos não recorrentes dos custos do plano de eficiência.
- **Custos com pessoal:** Cresceram 14,8%, com um total de R\$ 56,6 milhões. O aumento está relacionado ao maior número de funcionários entre os períodos, principalmente na *holding*, em função da reestruturação de algumas equipes e áreas, bem como a criação da diretoria de compras. Além disso, houve readequações salariais ocorridas ao longo do ano, principalmente no 4T13. Os custos com pessoal também são anualmente impactados pelos dissídios coletivos, que em 2013 ficaram em média 6,8% para todos os funcionários;
- **Conservação:** Incremento de 11,5%, com R\$ 26,5 milhões registrados no 1T14. Este é um custo variável, sendo dependente do volume de intervenções no pavimento e na infraestrutura das estradas concessionadas, de acordo com a necessidade pontual de reparos nas rodovias.
- **Verba de Fiscalização:** Corresponde aos valores pagos pelas rodovias federais ao poder concedente (ANTT) e são reajustados anualmente pelo IPCA. Foi de R\$ 9,6 milhões no 1T14, com aumento de 5,7% em relação ao 1T13.
- **Custos com o poder concedente:** Foram de R\$ 5,3 milhões, sofrendo redução em linha com a medida adotada pelo Governo do Estado de São Paulo que reduziu o ônus variável devido de 3% da receita de pedágio para 1,5% para compensar o não reajuste de tarifas em julho de 2013
- **Seguros e garantias:** Em função do aumento do volume de obras seguradas sendo executadas pela Companhia e da reavaliação dos valores para seguros de riscos operacionais a partir dos níveis de sinistralidade, esta linha registrou um aumento de 11,2% em relação ao 1T13, totalizando R\$ 6,5 milhões.
- **Remuneração da administração:** Foi de R\$ 5,2 milhões no 1T14, com aumento de R\$ 0,8 milhão na comparação com o 1T13, principalmente em função da reestruturação da diretoria da *holding* e concessionárias de acordo com o plano de eficiências da Arteris. Além disso, assim como os demais profissionais do grupo, os diretores da Companhia receberam em março os respectivos dissídios coletivos.
- **Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais:** Os valores registrados estão relacionados à expectativa de perda provável dos processos em que a Companhia e suas controladas são parte. No 1T14, o valor provisionado foi de R\$ 1,1 milhão, redução de 0,1 milhão em relação ao 1T13.

Em relação aos “custos não caixa” destaca-se:

- **Custos de construção:** Foram os principais responsáveis pelo aumento geral do total de custos e despesas da Companhia em relação ao 1T13, uma vez que apresentaram um salto de 66,5%, ou R\$ 150,9 milhões, totalizando R\$ 377,7 milhões. A variação está diretamente ligada ao maior volume de obras executadas pela Companhia na melhoria das suas rodovias federais. Estas obras são representadas contabilmente, em valores iguais, como receitas de construção e custos dos serviços de construção.
- **Provisões para manutenção:** No 3T13, a Companhia ajustou suas provisões para manutenção ao revisar previsões de investimentos futuros na renovação de pavimento de suas rodovias. Dado o que já havia sido provisionado anteriormente, no 1T14 o total desta rubrica foi de R\$ 38,5 milhões, com redução de 21,3% em relação ao 1T13.
- **Depreciações e amortizações:** Relacionam-se à adoção de regras do IFRS que determinam a amortização por completo de ativos intangíveis até o final do período de concessão, sendo ponderada pela curva de tráfego projetada para cada rodovia. Desta forma, o aumento da base de intangíveis em função dos investimentos da Companhia e o constante crescimento do tráfego, vêm contribuindo para o aumento dos valores amortizados. No 1T14, o total registrado foi de R\$ 77,8 milhões, crescimento de 18,5%.

EBITDA e EBITDA Ajustado

A Arteris alcançou no 1T14, um **EBITDA de R\$ 316,4 milhões**, representando uma **melhora operacional de 13,5%** em relação ao 1T13. A Companhia também registrou uma importante **expansão** em sua **margem EBITDA*** que passou de 54,5% no 1T13, para **60,0%** no 1T14, um **incremento de 5,5 p.p.** entre os períodos. Contribuíram para essa melhora, o crescimento de 22,6% na receita operacional líquida, que contou com incrementos de tráfego e aumento de tarifas e a retração de 6,0% dos custos caixa entre os períodos.

Já o **EBITDA ajustado** pela provisão para manutenção de rodovias, que não tem “efeito caixa”, obteve **crescimento de 8,3%**, totalizando **R\$ 354,8 milhões** e **margem* de 67,3%**, **3,2 p.p.** superiores ao 1T13.

EBITDA (Em milhares de reais)					
	1T14	4T13	1T13	Var% 1T14/4T13	Var% 1T14/1T13
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	905.060	940.690	738.121	-3,8%	22,6%
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	(588.713)	(612.031)	(459.282)	-3,8%	28,2%
EBITDA ¹	316.347	328.659	278.839	-3,7%	13,5%
Margem EBITDA*	60,0%	58,9%	54,5%	1,1 p.p.	5,5 p.p.
(+) Provisão para manutenção de rodovias	38.493	45.568	48.894	-15,5%	-21,3%
EBITDA Ajustado ²	354.840	374.227	327.733	-5,2%	8,3%
Margem EBITDA Ajustada*	67,3%	67,1%	64,1%	0,2 p.p.	3,2 p.p.

* A Margem EBITDA considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

¹ EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01).

É importante mencionar em relação ao EBITDA consolidado da Arteris, que o mesmo é composto não só pelo resultado das suas concessionárias estaduais e federais, uma vez que carrega também a estrutura da *holding* da Companhia e suas empresas construtoras.

Neste sentido, para uma melhor análise do **resultado operacional** da Companhia, apresentamos a **abertura do EBITDA Ajustado**, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Ebitda Ajustado (R\$ Mil)	1T14	4T13	1T13	Var% 1T14/4T13	Var% 1T14/1T13
Ebitda Ajustado - Consolidado	354.840	374.227	327.733	-5,2%	8,3%
Estaduais	251.034	268.552	217.586	-6,5%	15,4%
Federais	102.594	107.851	110.028	-4,9%	-6,8%
Holding*	(5.173)	(11.165)	(2.874)	-53,7%	80,0%
Construtoras	6.384	8.988	2.993	-29,0%	113,3%

* Contribuiu para a variação do EBITDA da *holding*, a contabilização no 4T13 de despesas relacionadas à implantação de ações de melhores práticas do programa de eficiências da Arteris, o que inclui, entre outros, a criação da diretoria de compras, a implantação do SAP, provisões para verbas rescisórias para alterações do quadro administrativo e a reestruturação de cargos e salários na Companhia.

Segue abaixo tabela com o cálculo do EBITDA e EBITDA Ajustado das empresas da Arteris para o 1T14:

Sociedades do Grupo (R\$ Mil)	Receita Líquida			Custos e Despesas ¹			EBITDA	Provisão para Manut. de Rodovias	EBITDA Ajustado	Margem EBITDA Ajustada*
	Receita de Serviços (A)	Receita de Obras (B)	Total (A + B)	Custos dos Serv. Prestados (A)	Custos dos Serv. de Construção (B)	Total (A + B)				
Autovias	74.152	14.346	88.498	(25.628)	(14.346)	(39.974)	48.524	11.948	60.472	81,6%
Centrovias	80.360	1.000	81.360	(19.028)	(1.000)	(20.028)	61.332	5.784	67.116	83,5%
Intervias	84.333	3.503	87.836	(24.561)	(3.503)	(28.064)	59.772	7.327	67.099	79,6%
Vianorte	68.358	5.993	74.351	(15.326)	(5.993)	(21.319)	53.032	3.318	56.350	82,4%
Estaduais	307.203	24.842	332.045	(84.543)	(24.842)	(109.385)	222.660	28.377	251.037	81,7%
Planalto Sul	25.168	30.765	55.933	(15.619)	(30.765)	(46.384)	9.549	1.260	10.809	42,9%
Fluminense	34.554	86.445	120.999	(20.560)	(86.445)	(107.005)	13.994	1.226	15.220	44,0%
Fernão Dias	55.109	51.121	106.230	(36.170)	(51.121)	(87.291)	18.939	3.086	22.025	40,0%
Régis Bittencourt	60.671	80.356	141.027	(30.252)	(80.356)	(110.608)	30.419	2.022	32.441	53,5%
Litoral Sul	48.018	104.162	152.180	(28.443)	(104.162)	(132.605)	19.575	2.522	22.097	46,0%
Federais	223.520	352.849	576.369	(131.044)	(352.849)	(483.893)	92.476	10.116	102.592	45,9%
Total Concessionárias	530.723	377.691	908.414	(215.587)	(377.691)	(593.278)	315.136	38.493	353.629	66,6%
Arteris Holding	-	-	-	(5.173)	-	(5.173)	(5.173)	-	(5.173)	
Construtoras	-	131.334	131.334	-	(124.950)	(124.950)	6.384	-	6.384	
Outras sociedades e eliminações p/ consolidação	(3.354)	(131.334)	(134.688)	9.738	124.950	134.688	-	-	-	
Total	527.369	377.691	905.060	(211.022)	(377.691)	(588.713)	316.347	38.493	354.840	67,3%

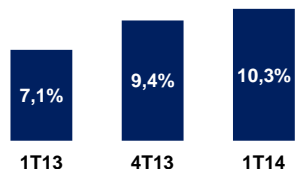
¹ Exclui Depreciação e Amortização

* A Margem EBITDA considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ Mil)	1T14	4T13	1T13	Var% 1T14/4T13	Var% 1T14/1T13
Receitas Financeiras	24.043	22.743	12.625	5,7%	90,4%
Juros Ativos	414	322	214	28,6%	93,5%
Aplicações Financeiras	23.474	22.200	12.348	5,7%	90,1%
Encargos Financeiros - Reversão de Ajuste a Valor Presente	2	71	-	-97,2%	-
Outras Receitas	153	150	63	2,0%	142,9%
Despesas Financeiras	(107.789)	(102.110)	(82.912)	5,6%	30,0%
Encargos Financeiros	(79.146)	(80.009)	(61.672)	-1,1%	28,3%
Atualização do Ônus da Concessão	(8.970)	(8.573)	(6.288)	4,6%	42,7%
Encargos Financeiros - Reversão de Ajuste a Valor Presente	(9.462)	(6.688)	(9.320)	41,5%	1,5%
Outras Despesas	(10.211)	(6.840)	(5.632)	49,3%	81,3%
Varição Cambial, liq.	(6)	1	(14)	-700,0%	-57,1%
Resultado Financeiro	(83.752)	(79.366)	(70.301)	5,5%	19,1%

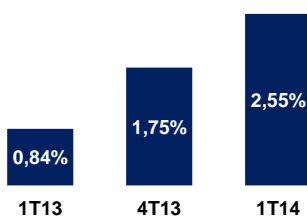
Taxa DI (média trimestral)



O **resultado financeiro** da Arteris no **1T14** sofreu pequena **variação** de **R\$ 4,4 milhões (5,5%)** em relação ao 4T13 passando de um resultado líquido negativo de R\$ 79,4 milhões para um **resultado líquido negativo de R\$ 83,8 milhões** neste primeiro trimestre.

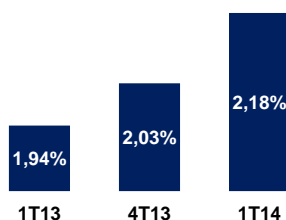
A maior variação se deu em relação ao 1T13 (que havia registrado resultado líquido negativo de R\$ 70,3 milhões), uma vez que as emissões de debêntures atreladas ao CDI nas concessões estaduais ao longo do segundo semestre de 2013 e início de 2014 impactaram as receitas financeiras (pelo maior valor aplicado e aumento das taxas de juros), mas principalmente às despesas, com o aumento dos encargos financeiros e outras despesas associadas a estas emissões.

IGP-M (trimestral)



Especificamente em relação ao 4T13, a elevação das receitas financeiras (+5,7%) se deve aos rendimentos dos recursos remanescentes da emissão de debêntures no final do 4T13 e às emissões da Centrovias e Vianorte ao final do 1T14. Já o incremento de outras despesas financeiras (+49,3% ou R\$ 3,4 milhões), guarda relação com os custos associados à quitação antecipada das primeiras emissões de debêntures (series em CDI) da Centrovias e Vianorte no 1T14, enquanto os maiores encargos financeiros da reversão de AVP é proveniente da reprogramação de manutenção em algumas das concessões federais.

IPCA (trimestral)



Lucro Líquido

No 1T14, o lucro líquido apresentado pela Arteris registrou uma **melhora de 8,8%**, totalizando **R\$ 100,9 milhões**. Conforme comentado ao longo deste relatório, os principais destaques da composição deste resultado são os seguintes:

- A expansão da receita líquida ex obras (+3,1%), apoiada pelo crescimento das receitas de pedágio, principalmente nas rodovias estaduais;
- A redução de 6,0% dos “custos caixa;”
- A redução das provisões para manutenção de rodovias (-21,3%)

que contrabalancearam o:

- Crescimento do volume total de depreciações e amortizações (+18,5%) e o,
- Pior resultado financeiro, que passou de um valor negativo líquido de R\$ 70,3 milhões no 1T13, para R\$ 83,8 milhões negativos no 1T14.

Endividamento

Em 31 de março de 2014, a **dívida líquida** da Companhia totalizou **R\$ 3,3 bilhões**, com **aumento de 5,7%** ou R\$ 174,5 milhões em relação ao 4T13.

Endividamento (Em milhares de reais)	1T14	4T13	1T13	Var% 1T14/4T13	Var% 1T14/1T13
Dívida Bruta	4.632.406	4.124.728	3.177.875	12,3%	45,8%
Curto Prazo	404.529	288.482	456.523	40,2%	-11,4%
Longo Prazo	4.227.877	3.836.246	2.721.352	10,2%	55,4%
Posição de Caixa	1.374.081	1.040.898	690.248	32,0%	99,1%
Caixa e equivalentes de caixa	1.283.907	929.911	584.399	38,1%	119,7%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	90.174	110.987	105.849	-18,8%	-14,8%
Dívida Líquida	3.258.325	3.083.830	2.487.627	5,7%	31,0%

¹ Curto e longo prazos

Apesar do **aumento de R\$ 507,7 milhões (+12,3%)** do endividamento bruto, houve uma melhora de **R\$ 333,2 milhões (+32,0%)** na **posição de caixa** da Companhia, que totalizou o 1T14 com R\$ 1,4 bilhão, em virtude, principalmente, das emissões de debêntures na Centrovias e Vianorte em março de 2014, respectivamente nos totais de R\$ 400,0 milhões e R\$ 150,0 milhões. O aumento do endividamento bruto está relacionado principalmente com as seguintes movimentações:

- Desembolsos de empréstimos de longo prazo junto ao BNDES, no total de R\$ 141,4 milhões;
- Quitação de parcelas e pré-pagamentos relativos às debêntures mais antigas da Companhia nas concessões estaduais, no valor de R\$ 129,4 milhões;
- Amortização de R\$ 28,6 milhões referentes a financiamentos BNDES;
- R\$ 5,0 milhões relativos a juros acruados nas operações de financiamento da companhia;
- Emissão de Debêntures pela Centrovias no montante de R\$ 400,0 milhões;
- Emissão de Debêntures pela Vianorte no montante de R\$ 150,0 milhões;
- Juros pagos referentes às debêntures atreladas ao IPCA no valor de R\$ 34,4 milhões

Emissões de Debêntures

- Em 14 de fevereiro de 2014, a **Centrovias**, controlada da companhia, aprovou a sua segunda emissão no montante de **R\$ 400 milhões**, de **debêntures** simples, não conversíveis em ações, em série única, em regime de garantia firme, da espécie quirografária, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. As Debêntures terão vencimento em 20 de junho de 2018, sendo a amortização realizada em sete parcelas semestrais, sendo que a primeira parcela será devida em 20 de junho de 2015. A remuneração das Debêntures foi definida em CDI + 0,99%. A emissão das debêntures foi efetivada em 20 de março de 2014.
- Também em 14 de fevereiro de 2014, a **Vianorte** controlada da companhia, aprovou a sua segunda emissão no montante de **R\$ 150 milhões**, de **debêntures** simples, não conversíveis em ações, em série única, em regime de garantia firme, da espécie quirografária, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. As Debêntures terão vencimento em 20 de março de 2017, sendo a amortização realizada em cinco parcelas semestrais, sendo que a primeira parcela será devida em 20 de março de 2015. A remuneração das Debêntures foi definida em CDI + 0,86%. A emissão das debêntures foi efetivada em 20 de março de 2014.

Empréstimos BNDES: A Arteris conta com recursos de longo prazo, concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para financiar os programas de investimento das concessões federais da Companhia. Desta forma, **todas as 5 concessionárias federais contam com linhas de financiamento** de longo prazo aprovadas, **garantindo** os recursos necessários para a **implantação das principais obras** contratuais.

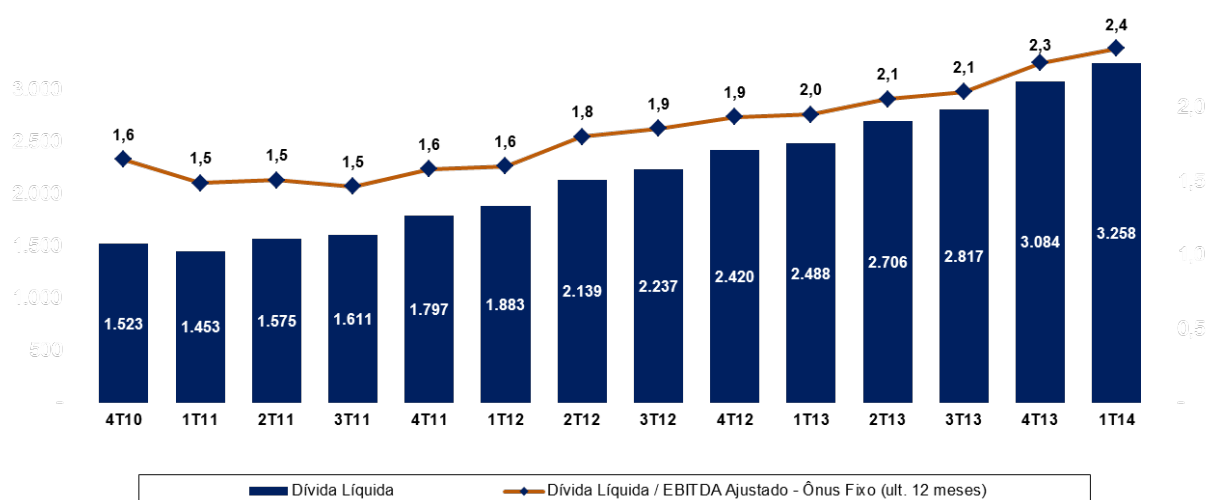
Até 31 de março de 2014 foram **desembolsados** aproximadamente **R\$ 2,5 bilhões** referentes a empréstimos do BNDES, restando, portanto, um **saldo** a utilizar de **R\$ 1,1 bilhão**.

BNDES (R\$ Mil)			
Concessionárias	Total Contratado	Total Tomado	Saldo Disponível
Total	3.694.549	2.546.783	1.147.766
Planalto Sul	331.344	256.254	75.090
Fluminense	780.819	489.701	291.118
Fernão Dias	702.754	629.795	72.959
Régis Bittencourt	1.069.495	709.315	360.180
Litoral Sul	810.137	461.718	348.419

A seguir maiores detalhes sobre as características do endividamento da Companhia:

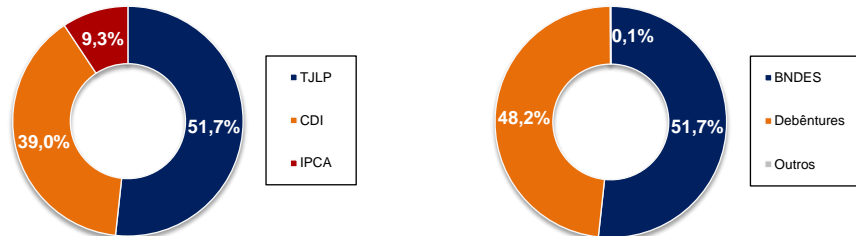
A dívida líquida no final do 1T14 representava 2,4 vezes o EBITDA Ajustado gerado menos o pagamento do ônus fixo nos últimos 12 meses, apresentando ligeiro crescimento no nível de alavancagem da Companhia em comparação ao patamar registrado no trimestre anterior que havia sido de 2,3 vezes.

Grau de Alavancagem e Dívida Líquida (R\$ milhões)



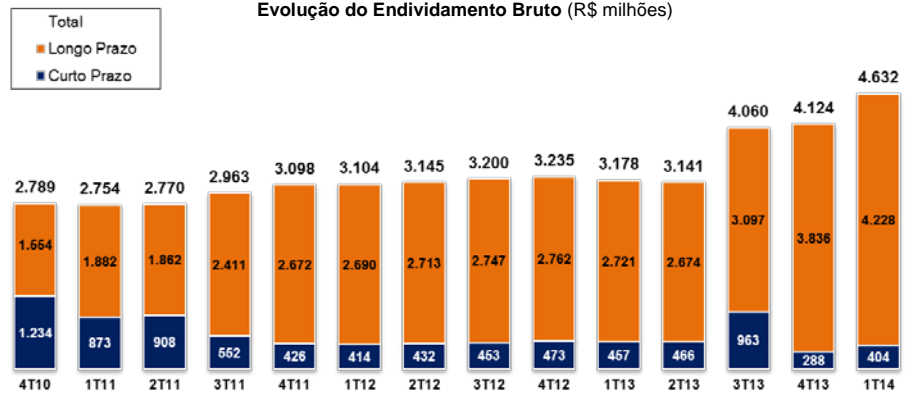
Ao final do 1T14, a dívida bruta consolidada (empréstimos e financiamentos mais debêntures) totalizava R\$ 4,6 bilhões, sendo que deste montante 51,7% correspondia a contratos indexados pela TJLP, 39% correspondia a contratos atrelados ao CDI e 9,3% a contratos atrelados ao IPCA.

Perfil da Dívida Bruta (%)

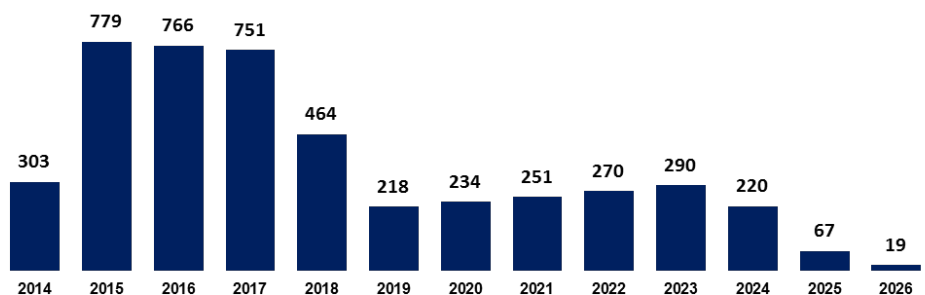


Endividamento Bruto (Em milhares de reais)	1T14	4T13	1T13	Var% 1T14/4T13	Var% 1T14/1T13
Indexador					
TJLP	2.395.984	2.288.152	2.020.600	4,7%	18,6%
CDI	1.811.642	1.390.927	748.592	30,2%	142,0%
IPCA	432.868	447.986	407.726	-3,4%	6,2%
Outros	24	3.827	5.323	-99,4%	-99,5%
<i>Custos e encargos antecipados</i>	(8.113)	(6.164)	(4.366)	31,6%	85,8%
Total	4.632.406	4.124.728	3.177.875	12,3%	45,8%

Evolução do Endividamento Bruto (R\$ milhões)



Cronograma de Amortização da Dívida (R\$ milhões)



Ônus Fixo pago ao Poder Concedente (Concessionárias Estaduais)

De acordo com as condições estabelecidas nos contratos de concessão, as concessionárias estaduais devem pagar ônus fixo ao Poder Concedente como contrapartida pela outorga da concessão. No 1T14, o montante pago foi correspondente a R\$ 17,2 milhões.

Ônus Fixo Pago - Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	1T14	4T13	1T13	Var% 1T14/4T13	Var% 1T14/1T13
Total	(17.219)	(17.217)	(16.209)	0,0%	6,2%
Autovias	(1.813)	(1.812)	(1.707)	0,1%	6,2%
Centrovias	(2.713)	(2.712)	(2.553)	0,0%	6,3%
Intervias	(1.688)	(1.688)	(1.589)	0,0%	6,2%
Vianorte	(11.005)	(11.005)	(10.360)	0,0%	6,2%

Em 31 de março de 2014, o valor real e o número de parcelas mensais a serem pagas relacionadas ao ônus fixo estavam representados da seguinte forma:

Concessionárias	Valor Real (R\$ mil)			Parcelas Mensais
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
Autovias	7.640	26.545	34.185	53
Centrovias	11.431	36.814	48.245	50
Intervias	7.114	34.968	42.082	70
Vianorte	46.378	137.563	183.941	47
Total	72.563	235.890	308.453	

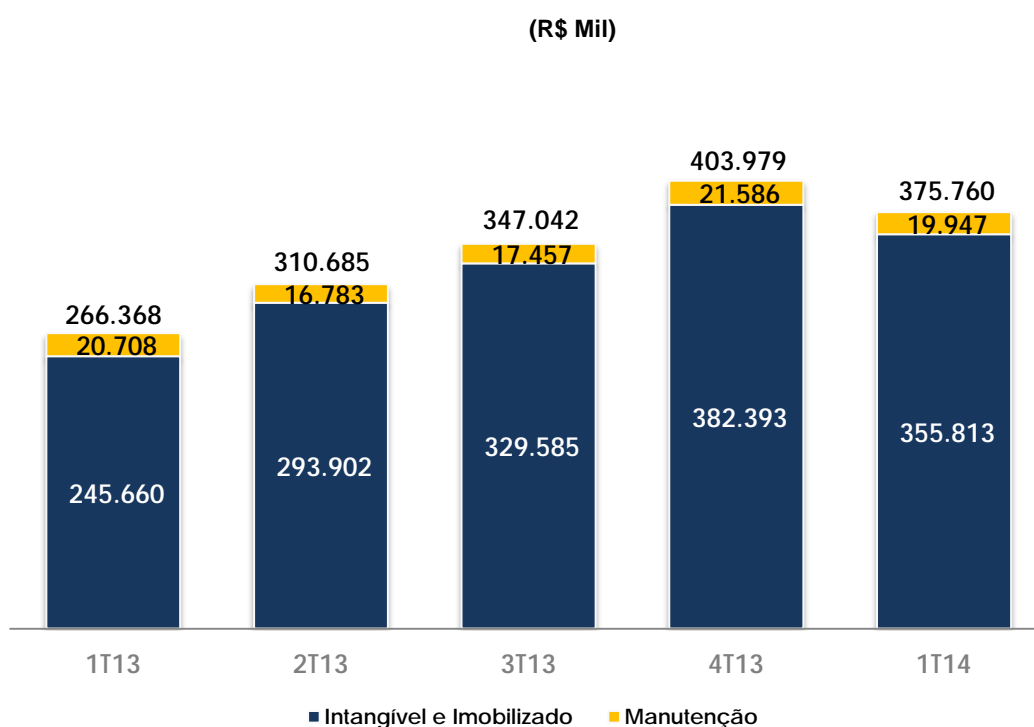
Investimentos e Manutenção de Rodovias

O **total investido** pela Arteris no 1T14 foi um dos maiores já registrados para este período do ano **(+41,1% em relação ao 1T13)** e reflete o seu compromisso no cumprimento do plano de obras nas rodovias federais. Foram **R\$ 375,8 milhões** sendo 94,7% destinados à **obras de infraestrutura e melhorias** (intangível e imobilizado) em sua quase totalidade concentradas nas concessionárias federais e o restante na **manutenção** das rodovias estaduais.

Investimentos Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	1T14		
	Antes do IFRS (A + B)	IFRS	
		Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)
Autovias	21.815	14.140	7.675
Centrovias	5.796	944	4.852
Intervias	5.379	1.242	4.137
Vianorte	9.303	6.020	3.283
Estaduais	42.293	22.346	19.947
Planalto Sul	28.794	28.794	-
Fluminense	61.118	61.118	-
Fernão Dias	53.574	53.574	-
Régis Bittencourt	81.486	81.486	-
Litoral Sul	105.820	105.820	-
Federais	330.792	330.792	-
Total	373.085	353.138	19.947
<i>Outros invest. e ajustes de consolidação</i>	2.675	2.675	-
Total	375.760	355.813	19.947

Até o final do prazo contratual de todas as concessões, o total remanescente de investimentos, incluindo os montantes relacionados à manutenção é de aproximadamente R\$ 6,5 bilhões. Deste total, a previsão de investimentos para 2014 é de R\$ 1,8 bilhão.

Segue total de investimentos da Companhia nos últimos trimestres:



As obras mais relevantes no período, para as quais os investimentos da Companhia foram destinados, são as seguintes:



Duplicação BR101-RJ / Macaé – Campos
(Autopista Fluminense)

Autopista Fluminense

Durante o 1T14 a Concessionária deu continuidade às obras de duplicação da Rodovia BR 101/RJ entre os municípios de Rio Bonito e Campos dos Goytacazes, iniciadas no 3T11 após a obtenção da licença de instalação junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A obra contempla 176 quilômetros da rodovia, dos quais 20 quilômetros já foram concluídos e abertos ao tráfego no início de 2014. Dos 130 quilômetros restantes, 85 já estão em obras. Ao longo do trecho foram finalizados dois trevos em desnível e mais cinco dispositivos do mesmo tipo estão em obras.

Adicionalmente, a Companhia vem executando, desde outubro de 2012, as obras da Avenida do Contorno no município de Niterói, o que trará importantes melhorias para este trecho da rodovia com a ampliação da capacidade viária.

Ao longo do 1T14, a Companhia ainda concluiu 2 passarelas e uma melhoria de acesso à rodovia.

Autopista Fernão Dias

A principal obra executada pela Concessionária foi a implantação do Contorno de Betim (MG), possibilitando a criação de uma alternativa para o tráfego rodoviário de longa distância que trafegava pelo município. A obra foi concluída em 30 de setembro de 2013 com a entrega de 5,4 quilômetros da segunda etapa do projeto sendo que, em 2012 foram concluídos 2,7 quilômetros da primeira etapa, incluindo a construção de um trevo em desnível.

No 1T14, a Autopista Fernão Dias concluiu a construção de 7 melhorias de acesso à rodovia, 5 passarelas, 4,7 quilômetros de ruas laterais e 4,6 quilômetros de 3ª faixas ao longo da rodovia.

Autopista Régis Bittencourt

O projeto da Serra do Cafezal (BR-116/SP) segue em pleno andamento na execução de suas obras. A companhia já concluiu e liberou ao tráfego 11,5 quilômetros da duplicação, sendo 4,2 quilômetros na extremidade de Miracatu e 7,3 quilômetros no trecho inicial em Juquitiba (SP) incluindo 2 trevos em desnível. O início de 2013 marcou a liberação, pelo órgão ambiental, da tão esperada licença de instalação para a duplicação dos 19,0 quilômetros restantes de um total de 30,5 quilômetros do projeto. Esta fase, que deverá durar por volta de 4 anos e depende da assinatura de aditivos de obras com a ANTT, contemplará a construção de 4 túneis e 33 pontes e viadutos. Em junho de 2013, foram iniciadas obras em dois segmentos, um de 5 quilômetros e outro de 1,4 quilômetro. Outro segmento de 5 quilômetros, contando com 3 túneis e 5 viadutos, foi iniciado em janeiro de 2014.

Durante o 1T14, foram também construídas 1 passarela, reforços estruturais e alargamentos em 4 obras de arte especiais (pontes e viadutos) e entregue 1 trevo em desnível.



Contorno de Betim
(Autopista Fernão Dias)



Duplicação da Serra do Cafezal
(Autopista Régis Bittencourt)



Duplicação BR-116/PR – Fazenda Rio Grande (Autopista Planalto Sul)

Autopista Planalto Sul

A Concessionária tem como principal obra a duplicação de 25,0 quilômetros da BR-116/PR entre Curitiba (PR) e Mandirituba (PR), que já possui a licença de instalação concedida pelo IBAMA. Deste total, 7,2 km já estão concluídos e liberados ao tráfego, entre Curitiba (PR) e Fazenda Rio Grande (PR) e o restante encontra-se em obras

Autopista Litoral Sul

Ao longo do 1T14, a Concessionária concluiu a construção de 23,6 quilômetros de ruas laterais, além de entregar 3 novas passarelas, 21,4 quilômetro de novas 'terceiras faixas' e finalizar o reforço estrutural e alargamento em 3 obras de arte especiais (pontes e viadutos).

Adicionalmente, a concessionária, através da assinatura de aditivo contratual providenciou a realocação de uma praça de pedágio da cidade de Palhoça (SC) para uma nova posição a uma distância de 23 quilômetros. Além da nova praça, que já foi concluída e encontra-se em fase de testes operacionais, os 23 quilômetros foram incorporados como parte do trecho sob responsabilidade da concessionária incluindo sua manutenção.

Autovias e Vianorte



Configuração proposta para dispositivo de acesso à Ribeirão Preto (Autovias e Vianorte)

A Companhia está executando, através de suas controladas Autovias e Vianorte, as obras de remodelação do dispositivo do acesso principal à Ribeirão Preto (Trevo Waldo Adalberto da Silveira), no km 307+500 da SP 330 – Rodovia Anhanguera – Entroncamento das SP 333, SP 255 e Avenida Castelo Branco (SPA 307/330). Este empreendimento trará o aumento da segurança dos usuários da Rodovia Anhanguera, organizará o tráfego de veículos rodoviários e urbanos na região de Ribeirão Preto, também criando vias de acessos à pedestres através de passarelas. A obra orçada em R\$ 120 milhões que foi aditivada ao contrato, prevê a construção de 8 viadutos, 20 alças de acesso e retorno e uma passarela de 440 metros, beneficiando mais de 1,5 milhão de pessoas da região.

Quadro de Pessoal

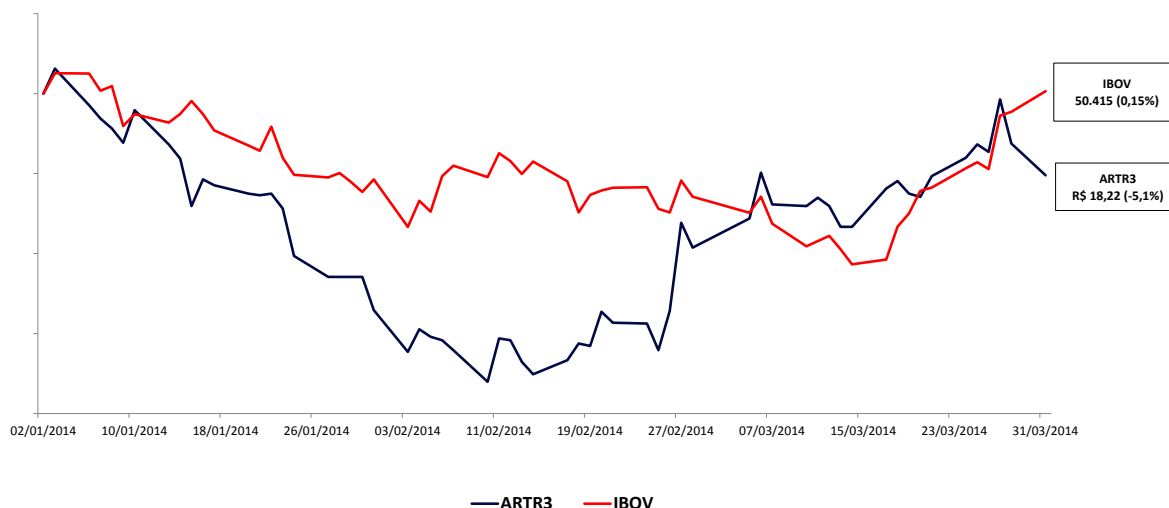
A Arteris conta com **6.761 profissionais** em seu quadro de pessoal, dos quais **40,5%** estão alocados nas **concessionárias federais**, **19,3%** nas **estaduais**, **38,3%** nas **construtoras** do grupo e o restante, ou **1,9%** em sua **holding**, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Quadro de Pessoal	1T14	4T13	1T13	Var. 1T14/4T13	Var. 1T14/1T13
Arteris (Holding)	131	126	109	5	22
<i>Concessionárias Estaduais</i>	1.307	1.315	1.320	(8)	(13)
Autovias	205	206	208	(1)	(3)
Centrovias	317	314	315	3	2
Intervias	525	534	533	(9)	(8)
Vianorte	260	261	264	(1)	(4)
<i>Concessionárias Federais</i>	2.734	2.708	2.763	26	(29)
Litoral Sul	574	562	580	12	(6)
Planalto Sul	272	262	255	10	17
Fluminense	412	403	407	9	5
Fernão Dias	845	851	890	(6)	(45)
Régis Bittencourt	631	630	631	1	-
Latina Manutenção	2.416	2.481	2.280	(65)	136
Latina Sinalização	173	174	168	(1)	5
Total	6.761	6.804	6.640	(43)	121

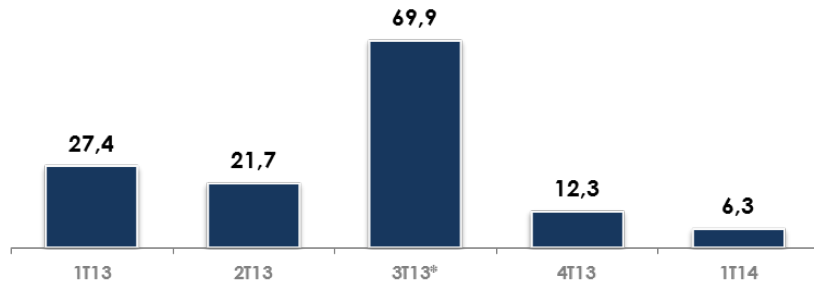
Mercado de Capitais

O **valor de mercado** da Arteris ao final do **1T14** totalizou **R\$ 6,3 bilhões**, tendo como base a cotação de fechamento de R\$ 18,22 por ação em 31/03/14. Esse preço corresponde a uma **desvalorização** de **5,1%** desde o início do ano. No mesmo período, o **Índice Ibovespa** apresentou **valorização** de **0,1%**. Negociadas sob o código **ARTR3**, as ações da Companhia marcaram presença em 100% dos pregões realizados na BM&FBOVESPA e **movimentaram** cerca de **R\$ 384,0 milhões** no trimestre.

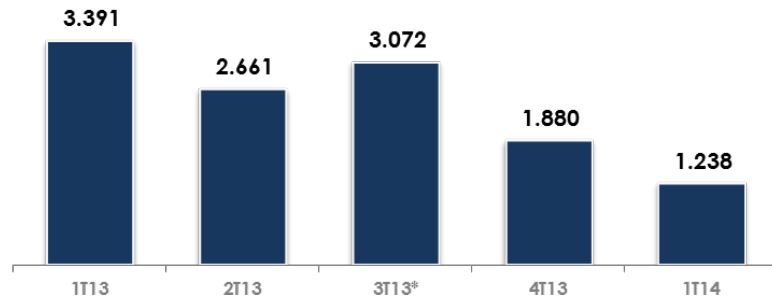
Evolução das Ações ARTR3 vs. Ibovespa (1T14)



Volume Financeiro - Média diária - (R\$ Milhões)



Número de Negócios - Média diária

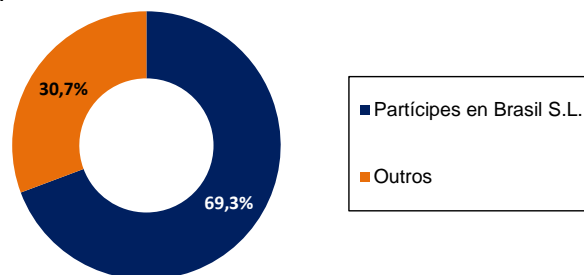


* Em Setembro de 2013 a Arteris realizou uma oferta pública de aquisição de ações (OPA), que resultou em uma diminuição do *free-float* da Companhia, influenciando o volume de negociação das ações desde então.

	1T14	4T13	1T13	Var. 1T14/4T13	Var. 1T14/1T13
Nº de Negócios	1.238	1.880	3.391	-34,1%	-63,5%
Nº de Ações Negociadas	358.202	641.569	1.362.976	-44,2%	-73,7%
Volume Financeiro (R\$ milhões)	6,3	12,3	27,4	-48,8%	-77,0%

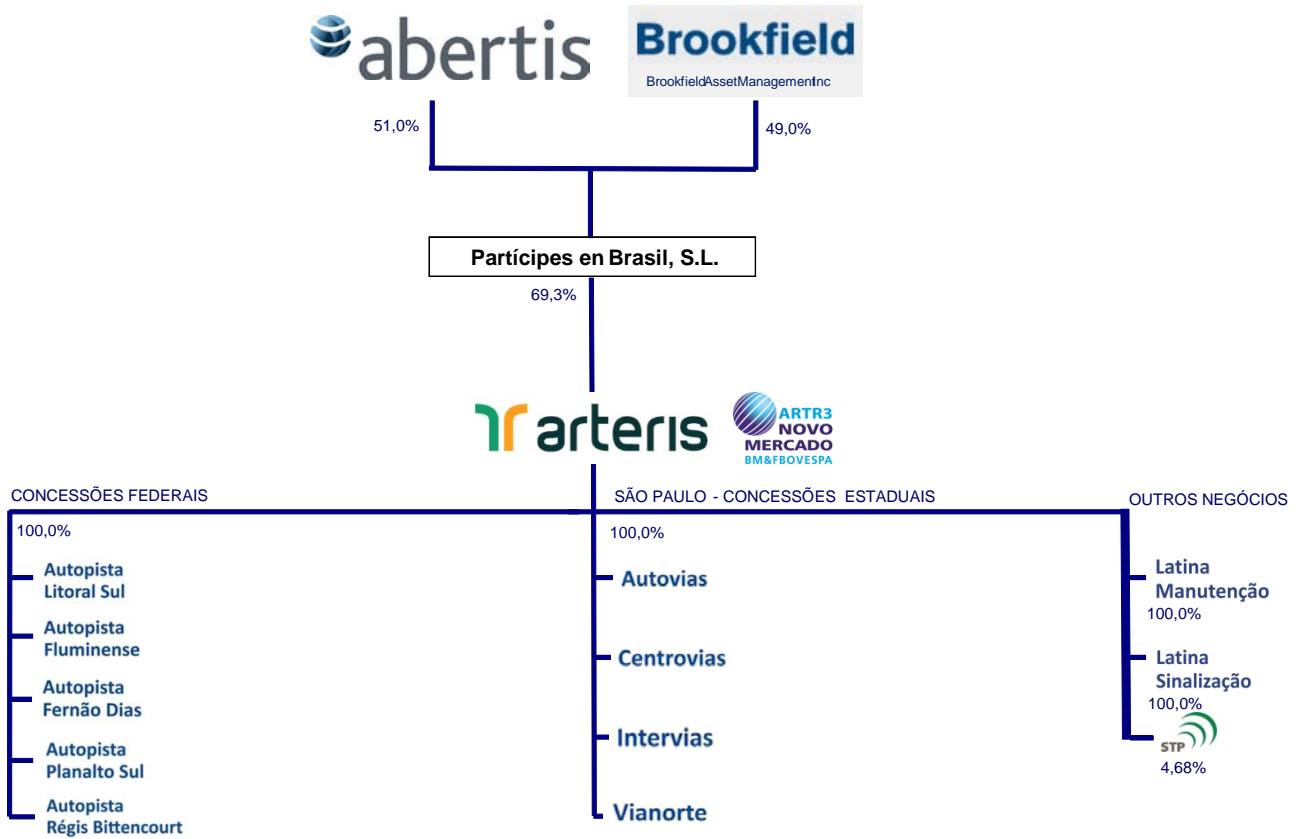
Composição Acionária

O capital social subscrito e integralizado da Companhia era de aproximadamente R\$ 772,4 milhões em 31 de março de 2014, representado por uma única classe de 344.444.440 ações ordinárias.



Data Base: 31/03/2014

Estrutura Societária



Carteira de Ativos da Concessão

Abaixo apresentamos as principais informações acerca da carteira de concessões:

Concessionárias	Km	Praças de Pedágio	Prazo Final do Pagto. do Ônus Fixo	Prazo Final da Concessão	Indexador do Contrato
Estaduais					
Autovias	316,6	5	Aug-18	Aug-18	IGP-M
Centrovias	218,2	5	Jun-18	Jun-19	IGP-M
Intervias	375,7	9	Feb-20	Jan-28	IGP-M
Vianorte	236,6	4	Mar-18	Mar-18	IGP-M
Federais					
Planalto Sul	412,7	5	n.a.	Feb-33	IPCA
Fluminense	320,1	5	n.a.	Feb-33	IPCA
Fernão Dias	562,1	8	n.a.	Feb-33	IPCA
Régis Bittencourt	401,6	6	n.a.	Feb-33	IPCA
Litoral Sul	405,9	5	n.a.	Feb-33	IPCA

Informações divulgadas pela Abertis

As informações financeiras e operacionais trimestrais divulgadas pela Abertis referentes à Arteris, não são necessariamente idênticas aos resultados reportados pela Companhia, uma vez que a regras do IFRS no Brasil apresentam algumas diferenças com os critérios de IFRS reportados pela Abertis. A Abertis também inclui em seus resultados determinados impactos relacionados ao tratamento contábil da transação de compra da Participes em Brasil S.L., sociedade controladora de 69,3% da Arteris.

A seguir apresentamos a evolução de tráfego das concessionárias da Companhia medida pelo IMD (Intensidade Média Diária), conceito habitualmente utilizado pela Abertis para medir o desempenho de tráfego. O IMD representa o volume médio diário de tráfego da concessionária, em veículos absolutos, e é calculado pela média diária de veículos em cada praça de pedágio, ponderada pela quilometragem da rodovia.

IMD	1T14	1T13	Var%
Estaduais	12.603	12.128	3,9%
Autovias	12.006	11.502	4,4%
Centrovias	14.933	14.504	3,0%
Intervias	10.289	9.959	3,3%
Vianorte	14.929	14.221	5,0%
Federais	22.507	21.655	3,9%
Planalto Sul	7.109	6.742	5,5%
Fluminense	17.510	16.252	7,7%
Fernão Dias	25.652	24.971	2,7%
Régis Bittencourt	23.152	22.789	1,6%
Litoral Sul	37.109	35.363	4,9%
Total	19.011	18.292	3,9%

Perfil Corporativo

A Arteris é a companhia do setor de concessões rodoviárias do Brasil com a maior extensão de quilômetros administrados. São 3.250 quilômetros sob gestão de suas nove concessionárias nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina: Autovias, Centrovias, Intervias, Vianorte, Autopista Fernão Dias, Autopista Fluminense, Autopista Litoral Sul, Autopista Planalto Sul e Autopista Régis Bittencourt. A Arteris é uma empresa de capital aberto, com ações negociadas no Novo Mercado da BM&FBovespa. É controlada pela Abertis e pela Brookfield Motorways. Saiba mais: www.arteris.com.br.

Este comunicado contém considerações futuras referentes a perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros, e de crescimento da Arteris. Essas são apenas projeções e, como tal, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da administração da Arteris em relação ao futuro do negócio e seu contínuo acesso a capitais para financiar o plano de negócios da Companhia. Tais considerações futuras dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, regras governamentais, pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores e estão, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

ANEXO 1

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
(Em milhares de reais)			
ATIVO	31/03/14	31/12/13	31/03/13
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	1.283.907	929.911	584.399
Contas a receber	115.198	126.709	119.067
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	15
Estoques	9.662	7.662	7.823
Despesas antecipadas	8.421	10.411	8.379
Impostos a recuperar	22.226	33.691	24.218
Aplicações financeiras vinculadas	22.713	47.383	38.697
Outros créditos	5.051	5.691	4.051
Total do ativo circulante	1.467.178	1.161.458	786.649
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	67.461	63.604	67.152
Cauções contratuais	342	331	288
Impostos a recuperar	15.136	-	-
Despesas antecipadas	17	22	6
Imposto de renda e contribuição social diferidos	178.057	172.108	124.441
Depósitos judiciais	20.510	20.372	15.999
Outras contas a receber	235	217	292
Investimentos	1.053	1.053	1.053
Imobilizado	41.169	46.377	45.068
Intangível	6.225.224	5.903.469	5.066.367
Total do ativo não circulante	6.549.204	6.207.553	5.320.666
TOTAL DO ATIVO	8.016.382	7.369.011	6.107.315
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	152.477	142.989	116.861
Debêntures	252.052	145.493	339.662
Fornecedores	129.648	122.115	99.495
Obrigações sociais	86.823	79.899	67.412
Obrigações fiscais	79.831	82.679	65.747
Contar a pagar - partes relacionadas	155	154	1.919
Cauções contratuais	45.914	44.847	41.469
Dividendos propostos	22.183	22.183	20.114
Credores pela concessão	71.485	70.299	69.092
Provisão para manutenção em rodovias	84.444	71.043	90.184
Provisão para investimentos em rodovias	82.126	68.489	54.181
Aiantamento seguros	39.266	40.152	48.772
Outras contas a pagar	11.024	10.149	9.238
Total do circulante	1.057.428	900.491	1.024.146
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	2.246.829	2.148.990	1.909.062
Debêntures	1.981.048	1.687.256	812.290
Credores pela concessão	207.137	216.540	247.630
Receita diferida	107	427	99
Imposto de renda e contribuição social diferidos	79.623	76.326	58.057
Provisão para manutenção em rodovias	418.140	401.395	282.194
Provisão para investimentos em rodovias	30.556	43.151	58.577
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	13.035	11.787	11.421
Outras contas a pagar	2.048	3.075	4.031
Total do exigível a longo prazo	4.978.523	4.588.947	3.383.361
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	772.417	772.417	679.970
Reserva legal	101.425	80.076	60.614
Reserva de lucros	1.128.860	1.049.351	981.495
Ajuste do patrimônio líquido - variação cambial	(22.271)	(22.271)	(22.217)
Total do patrimônio líquido	1.980.431	1.879.573	1.699.808
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.016.382	7.369.011	6.107.315

ANEXO 2

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS					
(Em milhares de reais)					
	1T14	4T13	1T13	Var% 1T14/4T13	Var% 1T14/1T13
RECITA OPERACIONAL BRUTA	966.719	1.001.165	790.653	-3,4%	22,3%
Receitas de pedágio	575.235	603.834	536.515	-4,7%	7,2%
Estaduais	333.330	357.049	300.789	-6,6%	10,8%
Autovias	80.621	84.813	72.833	-4,9%	10,7%
Centrovias	87.179	93.990	78.833	-7,2%	10,6%
Intervias	91.138	97.175	82.045	-6,2%	11,1%
Vianorte	74.392	81.071	67.078	-8,2%	10,9%
Federais	241.905	246.785	235.726	-2,0%	2,6%
Planalto Sul	27.545	26.879	24.860	2,5%	10,8%
Fluminense	38.136	41.270	38.855	-7,6%	-1,9%
Fernão Dias	60.236	60.230	55.269	0,0%	9,0%
Régis Bittencourt	66.322	69.994	64.936	-5,2%	2,1%
Litoral Sul	49.666	48.412	51.806	2,6%	-4,1%
Outras receitas	13.793	14.347	27.332	-3,9%	-49,5%
Receitas de obras	377.691	382.984	226.806	-1,4%	66,5%
DEDUÇÕES DA RECITA	(61.659)	(60.475)	(52.532)	2,0%	17,4%
RECITA OPERACIONAL LÍQUIDA	905.060	940.690	738.121	-3,8%	22,6%
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(620.432)	(631.805)	(481.284)	-1,8%	28,9%
LUCRO BRUTO	284.628	308.885	256.837	-7,9%	10,8%
DESPESAS (RECITAS) OPERACIONAIS	(46.054)	(57.237)	(43.612)	-19,5%	5,6%
Gerais e administrativas	(45.711)	(52.496)	(43.719)	-12,9%	4,6%
Remuneração da administração	(5.251)	(6.134)	(4.418)	-14,4%	18,9%
Despesas tributárias	(1.008)	(760)	(809)	32,6%	24,6%
Outras receitas operacionais, líquidas	5.916	2.153	5.334	174,8%	10,9%
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(83.752)	(79.366)	(70.301)	5,5%	19,1%
LUCRO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS	154.822	172.282	142.924	-10,1%	8,3%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(53.964)	(34.664)	(50.200)	55,7%	7,5%
Corrente	(56.616)	(60.911)	(48.486)	-7,1%	16,8%
Diferido	2.652	26.247	(1.714)	-89,9%	-254,7%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	100.858	137.618	92.724	-26,7%	8,8%

ANEXO 3

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO		
(Em milhares de reais)		
	31/03/14	31/03/13
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO	100.858	92.724
Ajustes para conciliar lucro líquido com caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	77.773	65.614
Baixas de ativos imobilizados	665	120
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.652)	1.714
Variação monetária e juros sobre credores da concessão	9.128	6.289
Receita com aplicações financeiras vinculadas	(3.434)	(1.960)
Juros e variações monetárias de empréstimos	23.649	27.943
Juros e variações monetárias de debêntures	54.783	33.840
Despesas financeira AVP	9.462	9.320
Constituição (reversão) de provisão p/ riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	1.739	1.889
Constituição (reversão) de provisão p/ manutenção	22.233	31.657
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	11.511	(8.053)
Contas a receber - partes relacionadas	(3)	75
Estoques	(2.000)	1.055
Despesas antecipadas	1.995	700
Impostos a recuperar	(3.343)	(93)
Outros créditos	640	(1.712)
Cauções contratuais	(11)	2
Depósitos judiciais	(138)	(1.290)
Outras contas a receber	(18)	(76)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	(14.997)	2.533
Fornecedores - partes relacionadas	-	1.661
Cauções contratuais	(81)	652
Obrigações sociais	6.924	7.684
Obrigações fiscais	49.395	46.887
Imposto de renda e contribuição social pagos	(52.460)	(53.823)
Receita diferida	(320)	(299)
Adiantamentos para seguros	(472)	(5.425)
Outras contas a pagar	865	3.197
Credores pela concessão	(126)	19
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(491)	(644)
Pagamento de juros	(40.411)	(34.940)
Outros passivos	(53)	28
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	250.610	227.288
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de itens do ativo imobilizado	(5.202)	(593)
Adições ao intangível	(350.611)	(245.067)
Aplicações financeiras vinculadas	(45.272)	(85.138)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	69.191	113.772
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(331.894)	(217.026)
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captações		
Empréstimos e financiamentos	139.733	64.832
Pagamento de juros e principal	(237.956)	(155.923)
Pagamento de credores pela concessão	(17.219)	(16.209)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	435.280	(107.300)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	353.996	(97.038)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	929.911	681.437
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	1.283.907	584.399

GLOSSÁRIO

Ajuste a Valor Presente (AVP): Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Complementarmente a esse processo, a CVM, por meio da Instrução nº 469, de 2 de maio de 2008, orientou as companhias abertas a respeito da divulgação e do registro contábil de determinadas alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

Entre as principais alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, que impactam às informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia, está a obrigatoriedade da avaliação de ativos e passivos relevantes de longo prazo, tais como "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente", ao valor presente (Ajuste ao Valor Presente). Anteriormente a Companhia registrava o "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente" pelo valor nominal.

Os efeitos dos ajustes ao valor presente ocorridos até 31/12/2007 das rubricas "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente" foram contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido da Companhia em 2008. A partir de 01/01/2008 os efeitos dos ajustes ao valor presente passaram a ser contabilizados diretamente nos resultados trimestrais.

Atualização Monetária do Ônus Fixo: Os contratos de concessão entre as Concessionárias Estaduais e o Poder Concedente estabelecem o reajuste pelo IGP-M dos pagamentos mensais do ônus fixo, com vencimento a partir do décimo segundo mês a contar de cada 1º de julho, data na qual também se reajusta pelo mesmo índice a tarifa dos pedágios.

Concessionárias Estaduais: Sociedades de Propósito Específico, criadas pelas vencedoras das Licitações, com as quais foram celebrados os Contratos de Concessão, tendo por objeto social específico a manutenção, conservação e operação de Concessão de Rodovias Estaduais e que tem como agência reguladora a ARTESP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo). A Arteris administra atualmente 4 Concessionárias Estaduais em São Paulo (Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte).

Concessionárias Federais: Sociedades de Propósito Específico, criadas pela vencedora da Licitação, com as quais foram celebrados os Contratos de Concessão, tendo por objeto social específico a exploração da Concessão de Rodovias Federais e que tem como agência reguladora a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres). A Arteris administra atualmente 5 concessionárias Federais no Brasil (Autopista Planalto Sul, Autopista Fluminense, Autopista Fernão Dias, Autopista Régis Bittencourt e Autopista Litoral Sul).

Custos com o Poder Concedente: São pagamentos pré definidos nos contratos de concessão. Esses custos são compostos por: despesas com o 'Ônus Variável' relativos as concessionárias estaduais, que correspondem a 3% da Receita Bruta nas Concessionárias Autovias, Centrovias e Vianorte, e 3% da Receita de Pedágio acrescido de 25% da Receita Acessória; e por gastos com 'Verba de Fiscalização' e 'Desenvolvimento Tecnológico' nas concessionárias federais, que são reajustadas pelo IPCA anualmente.

EBITDA e Margem EBITDA: EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

Para o cálculo da margem EBITDA, a companhia leva em consideração a relação entre a receita operacional líquida excluindo as receitas de obras e o EBITDA.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada: EBITDA ajustado pelas reversões da provisão para manutenção de rodovias. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional. Para o cálculo da margem EBITDA ajustada, a companhia leva em consideração a relação entre a receita operacional líquida excluindo as receitas de obras e o EBITDA ajustado.

Grau de Alavancagem: A metodologia utilizada para determinar o grau de alavancagem leva em conta a relação Dívida Líquida (Dívida Bruta menos Disponibilidades e Caixa) dividido pelo EBITDA Ajustado pela reversão da provisão para manutenção, menos Pagamento do Ônus Fixo, constante no fluxo de caixa. Quanto menor for o grau de alavancagem maior poderá ser o montante de capital a ser financiado junto ao mercado de crédito.

Ônus Fixo: De acordo com os nossos contratos de concessão, as Concessionárias Estaduais devem pagar ao Poder Concedente um ônus fixo como contrapartida pela outorga da concessão. Estes contratos estabelecem também que o valor de tal ônus fixo deve ser pago em parcelas mensais ao longo do prazo de concessão. Optamos por contabilizar no nosso ativo o valor da outorga da concessão e no nosso passivo o total da dívida a pagar ao poder concedente pelo ônus fixo.

Pedágio por Meio Eletrônico/Sistema AVI: O sistema AVI é um sistema eletrônico de pagamento em uso nas rodovias pedagiadas. Os motoristas que aderem ao sistema AVI instalam um sensor eletrônico no para-brisa, que os identifica e reconhece a categoria de veículos que dirigem. Ao passar por uma pista com sistema AVI na praça de pedágio, antenas captam os sinais emitidos e os sensores registram a presença do veículo e calculam o valor total a ser pago, sem a necessidade de o motorista parar o veículo.

Poder Concedente: A União, o Estado, o Distrito Federal ou Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra, objeto de concessão ou permissão. (Lei Nº 8.987, de 1995 - Artigo 2 - CF. Artigo 1). O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nas condições previstas no contrato. O poder concedente conta com as agências reguladoras (ARTESP no estado de São Paulo e ANTT para o governo federal) para acompanhar e fiscalizar os serviços delegados de transportes e regular o programa de concessões rodoviárias.

Provisão para Manutenção: Estimativa dos desembolsos necessários para liquidar as obrigações presentes de manter a infraestrutura em níveis de operacionalidade definidos contratualmente considerando os desgastes derivados de seu uso. A Concessionária deverá constituir provisão com base em sua melhor estimativa dos desembolsos necessários para manter um determinado nível de serviço ou recuperar a infraestrutura dos níveis de operacionalidade antes de entregar ao poder concedente no fim do período de vigência da concessão, conforme definido contratualmente.

Reajuste de Tarifas: Conforme estabelecido nos contratos de concessão do Estado de São Paulo, as tarifas de pedágio são reajustadas sempre no mês de julho com base na variação de 12 meses do IGP-M ocorrida até 31 de maio. A partir do reajuste a ser realizado no dia 1 de julho de 2013 o IGP-M será substituído pelo IPCA como base de reajuste. Os desequilíbrios econômico-financeiros provenientes da alteração do indexador serão avaliados bianualmente e reequilibrados com o tempo de contrato. Já os reajustes nas tarifas das concessões federais ocorrerão com base na variação do IPCA, calculado pelo IBGE, entre o mês anterior a data de referência na apresentação da proposta de tarifa, ou seja, junho de 2007, e o mês anterior à data de início de cobrança de pedágios. Após esse primeiro reajuste, os demais ocorrerão anualmente também pelo IPCA acumulado nos últimos 12 meses a contar do último reajuste.

Receitas e Custos de Construção: São uma representação contábil, não caixa, advindas das novas regras trazidas pelo IFRS, que buscam traduzir o montante de investimento da Companhia em seu intangível. O valor registrado como receita de obra é exatamente o mesmo registrado como custo de obras, ou seja, seus efeitos não alteram a composição dos resultados da Companhia.

Veículos-Equivalentes: A unidade veículo-equivalente é usada como base para cobrança das tarifas de pedágio. Um automóvel de passeio é considerado um veículo-equivalente e um veículo comercial (caminhão ou ônibus) é computado pelo número de eixos possuído, sendo cada um deles contado como um veículo de passeio. Um veículo de passeio equivale a um eixo de veículo comercial.

Notas Explicativas

ARTERIS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Arteris S.A. ("Sociedade"), é uma sociedade por ações, domiciliada na Avenida presidente Juscelino Kubitschek, 1.455 - 9º andar, município de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. As informações trimestrais da Sociedade, individuais e consolidadas, relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2014 abrangem a Sociedade e suas controladas (conjuntamente referidas como "o Grupo Arteris" e individualmente como "entidade do Grupo"). A Sociedade foi fundada em 9 de novembro de 1998.

No período de três meses findo em 31 de março de 2014, não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em de 31 de dezembro de 2013.

A emissão das informações trimestrais individuais e consolidadas foi aprovada pela Diretoria em 07 de maio de 2014.

2. CONCESSÕES

Com base nos seus objetivos sociais, a Sociedade participa, em 31 de março de 2014, em concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo e de rodovias federais.

No período de três meses findo em 31 de março de 2014 não ocorreram mudanças nas participações em concessões, em relação a 31 de dezembro de 2013, além do mencionado abaixo:

Concessionárias estaduais

As concessionárias estaduais estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de março de 2014, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificado:

<u>Natureza dos custos</u>	31.03.2014				<u>Total</u>
	<u>Autovias</u> Previsão de 2014 a 2018	<u>Centrovias</u> Previsão de 2014 a 2019	<u>Intervias</u> Previsão de 2014 a 2028	<u>Vianorte</u> Previsão de 2014 a 2018	
Melhorias na infraestrutura	59.495	16.667	440.600	18.501	535.263
Conserva especial	<u>237.536</u>	<u>167.739</u>	<u>280.283</u>	<u>148.686</u>	<u>834.244</u>
	297.031	184.406	720.883	167.187	1.369.507

Notas Explicativas

Concessionárias Federais

Em decorrência dos modelos de contratos de concessões federais serem da forma não onerosa e considerarem o menor preço de tarifa de pedágio, as concessionárias federais não pagam ao Poder Concedente, pelo direito de exploração dos lotes mencionados, nenhum ônus fixo e/ou variável.

O principal compromisso firmado pelas concessionárias federais decorrente dos contratos de concessão é o recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todos os prazos das concessões. Os valores nominais da verba de fiscalização são como segue:

<u>Concessionária</u>	<u>Valor anual</u>	<u>Valor remanescente no período da concessão</u>
Planalto Sul	1.846	34.920
Fluminense	2.665	50.413
Fernão Dias	7.916	149.744
Régis Bittencourt	8.436	159.581
Litoral Sul	<u>6.424</u>	<u>121.521</u>
	<u>27.287</u>	<u>516.179</u>

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

As concessionárias federais estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de março de 2014, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções, até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificado:

<u>Natureza dos custos</u>	31.03.2014					<u>Total</u>
	<u>Planalto Sul</u>	<u>Fluminense</u>	<u>Fernão Dias</u>	<u>Régis Bittencourt</u>	<u>Litoral Sul</u>	
Melhorias na infraestrutura	168.255	441.831	360.170	970.415	502.381	2.443.052
Recuperações/Manutenções	<u>330.485</u>	<u>405.349</u>	<u>724.988</u>	<u>600.468</u>	<u>627.647</u>	<u>2.688.937</u>
Total	<u>498.740</u>	<u>847.180</u>	<u>1.085.158</u>	<u>1.570.883</u>	<u>1.130.028</u>	<u>5.131.989</u>

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações trimestrais individuais estão de acordo com às práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

As informações trimestrais consolidadas estão de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, as orientações e as

Notas Explicativas

interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela CVM.

As demais informações relativas às: bases de mensuração; moeda funcional; e de apresentação; e uso de estimativas e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, considerando as atualizações a seguir:

4.1 Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Provisão para investimentos em rodovias - real	84.724	70.738
Provisão para investimentos em rodovias a valor presente	<u>82.126</u>	<u>68.489</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>2.598</u>	<u>2.249</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	87.724	72.784
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>84.444</u>	<u>71.043</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>3.280</u>	<u>1.741</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	74.407	72.229
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	<u>71.485</u>	<u>70.299</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>2.922</u>	<u>1.930</u>
<u>Não circulantes</u>		
Provisão para investimentos em rodovias - real	36.876	51.062
Provisão para investimentos em rodovias a valor presente	<u>30.556</u>	<u>43.151</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>6.320</u>	<u>7.911</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	504.354	480.635
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>418.140</u>	<u>401.395</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>86.214</u>	<u>79.240</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	235.890	248.025
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	<u>207.137</u>	<u>216.540</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>28.753</u>	<u>31.485</u>

(*) Incluem a parcela variável conforme nota explicativa nº 15.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do período.

4.2 Normas e interpretações novas e revisadas e emitidas

Os novos pronunciamentos contábeis do IASB, publicados e revisados no período anual iniciado em 1º de janeiro de 2014 foram implantados pela Sociedade, quando

Notas Explicativas

aplicável, em suas informações trimestrais de 31 de março de 2014, e não apresentam efeitos relevantes que requeiram reapresentação de saldos anteriores.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Caixa e contas bancárias	138	1.138	21.132	18.417
Aplicações financeiras (*)	<u>17.858</u>	<u>184.304</u>	<u>1.262.775</u>	<u>911.494</u>
Total	<u><u>17.996</u></u>	<u><u>185.442</u></u>	<u><u>1.283.907</u></u>	<u><u>929.911</u></u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	-	-	10.241	8.191
Debêntures compromissadas	-	-	34.240	35.524
Fundos de investimentos	<u>17.858</u>	<u>184.304</u>	<u>1.218.294</u>	<u>867.779</u>
Total	<u><u>17.858</u></u>	<u><u>184.304</u></u>	<u><u>1.262.775</u></u>	<u><u>911.494</u></u>

As aplicações financeiras são remuneradas na média a 102,54% da variação do CDI no período.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Pedágio eletrônico a receber(*)	106.521	119.714
Cupons de pedágio a receber	3.651	4.893
Cartões de pedágio a receber	3.048	880
Receitas acessórias a receber	<u>1.978</u>	<u>1.222</u>
	<u><u>115.198</u></u>	<u><u>126.709</u></u>

(*) Conforme nota explicativa nº 24c.

A Administração da Sociedade e de suas controladas não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2014. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

Notas Explicativas**7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**

Estão representados por:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Ativo não circulante		
Bases do ativo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	48.051	36.787
Provisão de participação nos lucros	13.774	11.248
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	10.116	9.588
Direito de concessão incorporado (c)	(20.476)	(20.916)
Ágio incorporado da SPR (d)	10.157	11.849
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (e)		
Provisão para manutenção	388.795	329.469
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	60.488	116.215
Ajuste dos encargos financeiros	12.304	11.425
Estorno de capitalização de juros	<u>489</u>	<u>536</u>
Base de cálculo	<u>523.698</u>	<u>506.201</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>178.057</u>	<u>172.108</u>

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivo não circulante		
Bases do passivo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	(22.408)	(9.678)
Provisão de participação nos lucros	(6.684)	(4.402)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	(2.390)	(1.985)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (e)		
Provisão para manutenção	(104.609)	(99.276)
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	386.627	354.111
Ajuste dos encargos financeiros	(15.898)	(13.897)
Estorno de capitalização de juros	<u>(453)</u>	<u>(384)</u>
Base de cálculo	<u>234.185</u>	<u>224.489</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>79.623</u>	<u>76.326</u>

- (a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- (b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na "parte B" do LALUR desta empresa. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.

Notas Explicativas

(d) Crédito decorrente do processo de incorporação da SPR - Sociedade para Participações em Rodovias S.A., antiga controladora da Vianorte, constituído sobre a parcela do ágio amortizado pela SPR no período de dezembro de 2006 a setembro de 2010, a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.

(e) Ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade adotadas pelas IFRS.

A Sociedade possui créditos fiscais, mas que não estão sendo constituídos, pois se trata de uma sociedade administrativa (holding), sem resultado operacional tributável.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e de suas controladas traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

Ativo não circulante

2015 (após março)	44.859
2016	44.518
2017	30.575
2018	23.515
Após 2019	<u>34.590</u>
	<u>178.057</u>

Passivo não circulante

2015 (após março)	2.062
2016	3.353
2017	3.490
2018	3.632
Após 2019	<u>67.086</u>
	<u>79.623</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

As controladas da Sociedade mantêm aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo encontra-se breve descrição dessas obrigações:

Debêntures - Sinking Fund

Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, as controladas da Sociedade vêm retendo/depositando diariamente parte de seus recebíveis para

Notas Explicativas

fazer frente ao pagamento dos juros trimestrais e da parcela de principal das debêntures da 1ª série e dos juros anuais da 2ª série, para que ao final de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade. No período de três meses findo em 31 de março de 2014, essas aplicações foram remuneradas em média 97,18% da variação do CDI.

BNDES

As concessionárias federais devem depositar em conta pagamento de instituição financeira parte das receitas operacionais, entre 43% e 53% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

As controladas federais da Sociedade devem manter depositado em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais. Em 31 de março de 2014, essas aplicações foram remuneradas em média a 98,90% da variação do CDI.

Os valores dessas aplicações são como segue:

	<u>Consolidado</u>			
	<u>31.03.2014</u>		<u>31.12.2013</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Debêntures	22.713	-	47.383	-
BNDES	-	<u>67.461</u>	-	<u>63.604</u>
	<u>22.713</u>	<u>67.461</u>	<u>47.383</u>	<u>63.604</u>

Notas Explicativas**9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS**

Os saldos dos investimentos em controladas são representados como seguem:

	31.03.2014						
	Ações Ordinárias	Participação capital (%)	Patrimônio líquido	Ativo Total	Passivo Total	Receita Líquida	Lucro / (Prejuízo)
Autovias	125.040.451	100%	208.772	819.984	611.212	88.498	22.320
Centrovias	101.483.834	100%	175.500	866.336	690.836	81.360	30.266
Intervias	4.352.285	100%	233.499	969.810	736.311	87.836	35.091
Vianorte	1.132.038	100%	173.654	705.155	531.501	74.351	18.268
Planalto Sul	179.888.494	100%	174.289	656.974	482.685	55.933	(2.247)
Fluminense	114.446.091	100%	197.285	957.615	760.330	113.939	(438)
Fernão Dias	298.681.400	100%	284.938	1.358.253	1.073.315	106.320	(5.827)
Régis Bittencourt	150.670.781	100%	368.572	1.397.538	1.028.966	141.027	4.758
Litoral Sul	190.854.749	100%	259.649	1.154.796	895.147	152.180	417
Paulista (*)	500.000	100%	1.863	8.888	7.025	-	(42)
Latina Manutenção (*)	250.000	100%	45.751	119.157	73.406	123.355	3.311
Latina Sinalização (*)	250.000	100%	12.178	16.932	4.754	7.979	784

(*) Cotas.

	31.12.2013						
	Ações Ordinárias	Participação capital (%)	Patrimônio líquido	Ativo Total	Passivo Total	Receita Líquida	Lucro / (Prejuízo)
Autovias	125.040.451	100%	188.769	797.907	609.138	334.581	92.099
Centrovias	101.483.834	100%	147.038	533.159	386.121	323.841	112.163
Intervias	4.352.285	100%	200.863	948.406	747.543	356.157	138.783
Vianorte	1.132.038	100%	155.386	590.051	434.665	293.167	67.381
Planalto Sul	159.417.665	100%	156.536	631.060	474.524	218.081	(6.446)
Fluminense	105.745.395	100%	182.723	823.129	640.406	414.839	17.749
Fernão Dias	298.681.400	100%	290.765	1.289.290	998.525	480.470	(6.174)
Régis Bittencourt	138.326.717	100%	343.814	1.333.606	989.792	499.596	32.317
Litoral Sul	190.854.749	100%	259.232	1.067.530	808.298	458.105	11.547
Paulista (*)	500.000	100%	1.905	8.940	7.035	-	(132)
Latina Manutenção (*)	250.000	100%	42.439	119.157	76.718	474.571	2.374
Latina Sinalização (*)	250.000	100%	18.394	21.974	3.580	43.704	4.495

(*) Cotas.

Notas Explicativas

A movimentação dos saldos de investimentos no período de três meses findo em 31 de março de 2014 é como segue:

	Saldos em 31.12.2013	Aporte de capital	Juros sobre o capital próprio/ dividendos	Equivalência patrimonial do período	Saldos em 31.03.2014
Autovias	188.769	-	(2.317)	22.320	208.772
Centrovias	147.038	-	(1.804)	30.266	175.500
Intervias	200.863	-	(2.455)	35.091	233.499
Vianorte	155.386	-	-	18.268	173.654
Planalto Sul	156.536	20.000	-	(2.247)	174.289
Fluminense	182.723	15.000	-	(438)	197.285
Fernão Dias	290.765	-	-	(5.827)	284.938
Régis Bittencourt	343.814	20.000	-	4.758	368.572
Litoral Sul	259.232	-	-	417	259.649
Paulista	1.905	-	-	(42)	1.863
Latina Manutenção	42.440	-	-	3.311	45.751
Latina Sinalização	18.394	-	(7.000)	784	12.178
Serviço e Tecnologia de Pagamentos S.A.	1.034	-	-	-	1.034
Outros investimentos	19	-	-	-	19
Total	<u>1.988.918</u>	<u>55.000</u>	<u>(13.576)</u>	<u>106.661</u>	<u>2.137.003</u>

A movimentação dos saldos de investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

	Saldos em 31.12.2012	Aporte de capital	Juros sobre o capital próprio/ dividendos	Equivalência patrimonial do exercício	Saldos em 31.12.2013
Autovias	173.743	-	(77.073)	92.099	188.769
Centrovias	120.476	2.121	(87.722)	112.163	147.038
Intervias	190.702	-	(128.622)	138.783	200.863
Vianorte	123.902	-	(35.897)	67.381	155.386
Planalto Sul	162.982	-	-	(6.446)	156.536
Fluminense	119.083	50.106	(4.215)	17.749	182.723
Fernão Dias	256.939	40.000	-	(6.174)	290.765
Régis Bittencourt	257.830	61.342	(7.675)	32.317	343.814
Litoral Sul	247.035	3.391	(2.741)	11.547	259.232
Paulista	2.037	-	-	(132)	1.905
Latina Manutenção	40.066	-	-	2.374	42.440
Latina Sinalização	13.899	-	-	4.495	18.394
Serviço e Tecnologia de Pagamentos S.A.	1.034	-	-	-	1.034
Outros investimentos	19	-	-	-	19
Total	<u>1.709.747</u>	<u>156.960</u>	<u>(343.945)</u>	<u>466.156</u>	<u>1.988.918</u>

Notas Explicativas**10. IMOBILIZADO**

A movimentação é como segue:

	<u>Controladora</u>					
	Móveis Utensílios e Instalações	Instalações, Edifícios e Dependências	Benfeitorias em Bens de Terceiros	Outras imobilizações	Terrenos	Total
<u>Custo do imobilizado bruto</u>						
Saldo em 31.12.2013	<u>2.650</u>	<u>2.782</u>	<u>2.711</u>	<u>2.309</u>	<u>586</u>	<u>11.038</u>
Adições	<u>80</u>	<u>-</u>	<u>2.057</u>	<u>189</u>	<u>-</u>	<u>2.326</u>
Saldo em 31.03.2014	<u>2.730</u>	<u>2.782</u>	<u>4.768</u>	<u>2.498</u>	<u>586</u>	<u>13.364</u>
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2013	<u>(2.132)</u>	<u>(1.064)</u>	<u>(2.178)</u>	<u>(569)</u>	<u>-</u>	<u>(5.943)</u>
Depreciação	<u>(111)</u>	<u>(37)</u>	<u>(155)</u>	<u>(106)</u>	<u>-</u>	<u>(409)</u>
Saldo em 31.03.2014	<u>(2.243)</u>	<u>(1.101)</u>	<u>(2.333)</u>	<u>(675)</u>	<u>-</u>	<u>(6.352)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2013	518	1.718	533	1.740	586	5.095
Saldo em 31.03.2014	487	1.681	2.435	1.823	586	7.012
Taxas de depreciação - %	10	4	20	10	0	

Notas Explicativas

		<u>Consolidado</u>								
		Móveis, Utensílios e Instalações	Computadores e Periférico	Veículos	Instalações, Edifícios e Dependências	Terrenos	Máquinas e Equipamentos	Outras Imobilizações	Imobilizado em Andamento	Total
<u>Custo do imobilizado bruto</u>										
Saldo em 31.12.2013		16.785	7.019	16.335	19.373	586	26.365	2.415	299	89.177
Adições		433	383	1.373	2.263	-	155	197	55	4.859
Transferências / Reclassificações		53	(4)	-	(8.158) ^(*)	-	(32)	-	(56)	(8.197)
Alienações/baixas		(16)	(16)	(63)	22	-	25	-	(47)	(95)
Saldo em 31.03.2014		17.255	7.382	17.645	13.500	586	26.513	2.612	251	85.744
<u>Depreciação acumulada</u>										
Saldo em 31.12.2013		(9.658)	(5.102)	(10.256)	(5.508)	-	(11.671)	(605)	-	(42.800)
Depreciação		(464)	(226)	(637)	(360)	-	(761)	(109)	-	(2.557)
Transferências / Reclassificações		1	2	(1)	727	-	-	-	-	729
Alienações/baixas		15	18	18	-	-	2	-	-	53
Saldo em 31.03.2014		(10.106)	(5.308)	(10.876)	(5.141)	-	(12.430)	(714)	-	(44.575)
<u>Imobilizado líquido</u>										
Saldo em 31.12.2013		7.127	1.917	6.079	13.865	586	14.694	1.810	299	46.377
Saldo em 31.03.2014		7.149	2.074	6.769	8.359	586	14.083	1.898	251	41.169
Taxas de depreciação - %		10	20	20	13	-	12	16,67	-	-

(*) Refere-se a transferência de imobilizado para intangível devido a desapropriação de imóvel de terceiro onde se localiza a sede administrativa da Régis Bittencourt, passando o local a ser de domínio do poder concedente, como sendo parte da faixa de domínio.

Notas Explicativas**11. INTANGÍVEL**

A movimentação é como segue:

	<u>Controladora</u>	
<u>Custo do intangível:</u>		<u>Softwares</u>
Saldo em 31.12.2013		1.465
Adições		<u>54</u>
Saldo em 31.03.2014		1.519
 <u>Amortização acumulada:</u>		
Saldo em 31.12.2013		(806)
Amortização		<u>(75)</u>
Saldo em 31.03.2014		(881)
 <u>Intangível líquido:</u>		
Saldo em 31.12.2013		659
Saldo em 31.03.2014		638
Taxa de amortização		20%

Notas ExplicativasConsolidado

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Direito de Exploração (d)	Intangível em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>								
Saldo em 31.12.2013	6.224.431	351.939	144.380	20.275	9.997	1.173.983	3.452	7.928.457
Adições	116.462	-	-	1.274	-	261.863	10.540	390.139
Transferências/Reclassificações	115.274	-	-	91	-	(107.399)	(511)	7.455
Alienações/baixas	(164)	-	-	(1)	-	(584)	-	(749)
Saldo em 31.03.2014	6.456.003	351.939	144.380	21.639	9.997	1.327.863	13.481	8.325.302
<u>Amortização acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2013	(1.714.222)	(219.649)	(76.388)	(11.670)	(3.059)	-	-	(2.024.988)
Amortização	(65.681)	(6.382)	(2.329)	(569)	(255)	-	-	(75.216)
Alienações/baixas	125	-	-	1	-	-	-	126
Saldo em 31.03.2014	(1.779.778)	(226.031)	(78.717)	(12.238)	(3.314)	-	-	(2.100.078)
<u>Intangível líquido</u>								
Saldo em 31.12.2013	4.510.209	132.290	67.992	8.605	6.938	1.173.983	3.452	5.903.469
Saldo em 31.03.2014	4.676.225	125.908	65.663	9.401	6.683	1.327.863	13.481	6.225.224

Notas Explicativas

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetada até o prazo final da concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 15.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Autovias e Centrovias. Em exercícios anteriores essa rubrica era denominada "Ágio incorporado". Por entender que, na essência, esse montante é relativo a direito de outorga, a Administração da Sociedade mudou a nomenclatura da rubrica para "Direito de outorga incorporado". Esse valor está sendo amortizado com base na curva de tráfego projetada até o prazo final da concessão.
- (d) Refere-se a valor assumido para exploração de granito e gnaisse a serem utilizados em obras de infraestrutura de sociedades pertencentes ao Grupo Arteris e instalação e guarda de equipamentos para a realização das obras.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	Encargos anuais	Consolidado	
		31.03.2014	31.12.2013
Passivo circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,3% a.a. a 2,58% a.a.	146.207	134.103
Financiamento de investimentos (BNDES) - automático (a)	TJLP + 3,3% a.a. a 5,3% a.a.	-	2.463
Financiamento de equipamentos - Estaduais (FINAME) (b)	TJLP + 3,3% a.a. a 7,93% a.a.	-	29
Financiamento de equipamentos - Federais (FINAME) (b)	TJLP + 2,6% a.a.	298	344
Financiamento de equipamentos - Construtoras (FINAME) (b)	TJLP + 4,5% a.a.	3.643	3.569
Leasing (c)	CDI + 1,23% a.a. a 3,7% a.a.	2.305	2.439
Financiamento de Veículos (d)	16,63% a.a. pré-fixada	24	42
		<u>152.477</u>	<u>142.989</u>
Passivo não circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,3% a.a. a 2,58% a.a.	2.243.564	2.143.257
Financiamento de investimentos (BNDES) - automático (a)	TJLP + 3,3% a.a. a 5,3% a.a.	-	1.013
Financiamento de equipamentos - Estaduais (FINAME) (b)	TJLP + 3,3% a.a. a 7,93% a.a.	-	92
Financiamento de equipamentos - Federais (FINAME) (b)	TJLP + 2,6% a.a.	-	50
Financiamento de equipamentos - Construtoras (FINAME) (b)	TJLP + 4,5% a.a.	2.302	3.232
Leasing (c)	CDI + 1,23% a.a. a 3,7% a.a.	963	1.346
		<u>2.246.829</u>	<u>2.148.990</u>
		<u>2.399.306</u>	<u>2.291.979</u>
TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.			

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.

Notas Explicativas

- (b) Financiamento de equipamentos, tendo como garantia o próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias.
- (c) Contratos modelo leasing financeiro, firmados com instituições financeiras para aquisição de veículos, equipamentos de informática e outros equipamentos. As garantias apresentadas são os próprios bens.
- (d) Cédulas de crédito bancário celebrado com o Banco Volkswagen para aquisição de veículos de uso administrativo, com prazo de amortização de 36 meses, a partir da data de formalização da transação, cujas garantias são os próprios bens.

Em 31 de março de 2014, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2015 (após março)	143.192
2016	170.442
2017	188.754
2018	202.776
Após 2019	<u>1.541.665</u>
	<u>2.246.829</u>

Em 31 de março de 2014 não houve alteração nas cláusulas restritivas contidas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

A Sociedade e suas controladas estão cumprindo todas as cláusulas dos contratos com o BNDES nas datas das informações trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. DEBÊNTURES

As debêntures estão representadas por:

	<u>Quantidade</u> <u>emitida</u> <u>unitária</u>	<u>Taxas</u> <u>contratuais (%)</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>31.03.2014</u> <u>Não circulante</u>	<u>31.12.2013</u> <u>Não circulante</u>
1ª emissão (d)	<u>20.000</u>	CDI + 1,40% a.a.	Jul /2015	<u>210.648</u>	<u>205.022</u>
	<u>20.000</u>			<u>210.648</u>	<u>205.022</u>

Notas Explicativas

	<u>Consolidado</u>						
	<u>Quantidade emitida unitária</u>	<u>Taxas contratuais (%)</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>31.03.2014</u>		<u>31.12.2013</u>	
				<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Arteris:							
1ª série (c)	<u>20.000</u>	CDI + 1,4% a.a.	Jul./2015	-	<u>210.648</u>	-	<u>205.022</u>
	<u>20.000</u>			=	<u>210.648</u>	=	<u>205.022</u>
Autovias:							
2ª série (a)	120.000	IPCA + 8% a.a.	Mar./2017	56.219	96.139	9.461	148.675
3ª emissão (b)	<u>30.000</u>	CDI + 0,83%a.a.	Ago./2015	<u>51.238</u>	<u>252.000</u>	<u>726</u>	<u>300.000</u>
	<u>150.000</u>	-		<u>107.457</u>	<u>348.139</u>	<u>10.187</u>	<u>448.675</u>
Custo de transação				<u>(760)</u>	<u>(906)</u>	<u>(760)</u>	<u>(1.096)</u>
				<u>106.697</u>	<u>347.233</u>	<u>9.427</u>	<u>447.579</u>
Centrovias:							
1ª série (a)	286.131	CDI + 1,7% a.a.	Mar./2015	-	-	67.690	16.847
2ª série (a)	120.000	IPCA + 8% a.a.	Mar./2017	72.435	80.000	9.460	148.676
2ª emissão (e)	<u>40.000</u>	CDI + 0,99%a.a.	Jun./2018	<u>1.229</u>	<u>400.000</u>	-	-
	<u>446.131</u>			<u>73.664</u>	<u>480.000</u>	<u>77.150</u>	<u>165.523</u>
Custo de transação				<u>(1.014)</u>	<u>(1.510)</u>	<u>(412)</u>	<u>(294)</u>
				<u>72.650</u>	<u>478.490</u>	<u>76.738</u>	<u>165.229</u>
Intervias:							
3ª série (b)	<u>60.000</u>	CDI + 1,09%a.a.	Set./2018	<u>1.061</u>	<u>600.000</u>	<u>16.234</u>	<u>600.000</u>
	<u>60.000</u>			<u>1.061</u>	<u>600.000</u>	<u>16.234</u>	<u>600.000</u>
Custo de transação				<u>(756)</u>	<u>(1.939)</u>	<u>(756)</u>	<u>(2.129)</u>
				<u>305</u>	<u>598.061</u>	<u>15.478</u>	<u>597.871</u>
Vianorte:							
1ª série (a)	153.776	CDI + 1,7% a.a.	Mar./2015	-	-	36.379	9.054
2ª série (a)	100.000	IPCA + 8% a.a.	Mar./2017	42.579	84.386	7.880	123.834
2ª emissão (e)	<u>150.000</u>	CDI + 0,86%a.a.	Mar./2017	<u>30.455</u>	<u>120.000</u>	-	-
	<u>403.776</u>			<u>73.034</u>	<u>204.386</u>	<u>44.259</u>	<u>132.888</u>
Custo de transação				<u>(545)</u>	<u>(542)</u>	<u>(300)</u>	<u>(250)</u>
				<u>72.489</u>	<u>203.844</u>	<u>43.959</u>	<u>132.638</u>

Notas Explicativas**Planalto Sul:**

1ª emissão (d)	<u>1.390</u>	CDI + 1,4% a.a.	Jul./2015	-	<u>14.640</u>	=	<u>14.250</u>
	<u>1.390</u>			=	<u>14.640</u>	=	<u>14.250</u>
Custo de transação				=	<u>(6)</u>	<u>(20)</u>	<u>(13)</u>
				=	<u>14.634</u>	<u>(20)</u>	<u>14.237</u>

Fluminense:

1ª emissão (d)	<u>2.250</u>	CDI + 1,4% a.a.	Jul./2015	-	<u>23.702</u>	-	<u>23.065</u>
	<u>2.250</u>			=	<u>23.702</u>	=	<u>23.065</u>
Custo de transação				(31)	<u>(8)</u>	<u>(31)</u>	<u>(15)</u>
				<u>(31)</u>	<u>23.694</u>	<u>(31)</u>	<u>23.050</u>

Fernão Dias

1ª emissão (d)	<u>3.370</u>	CDI + 1,4% a.a.	Jul./2015	-	<u>35.494</u>	-	<u>34.546</u>
	<u>3.370</u>			=	<u>35.494</u>	=	<u>34.546</u>
Custo de transação				=	<u>(24)</u>	=	<u>(32)</u>
				=	<u>35.470</u>	=	<u>34.514</u>

Régis Bittencourt

1ª emissão (d)	<u>3.940</u>	CDI + 1,4% a.a.	Jul./2015	-	<u>41.498</u>	-	<u>40.389</u>
	<u>3.940</u>			=	<u>41.498</u>	=	<u>40.389</u>
				=	<u>41.498</u>	=	<u>40.389</u>

Litoral Sul:

1ª emissão (d)	<u>2.610</u>	CDI + 1,4% a.a.	Jul./2015	-	<u>27.490</u>	-	<u>26.756</u>
	<u>2.610</u>			=	<u>27.490</u>	=	<u>26.756</u>
Custo de transação				(58)	<u>(14)</u>	<u>(58)</u>	<u>(29)</u>
				<u>(58)</u>	<u>27.476</u>	<u>(58)</u>	<u>26.727</u>

Total					<u>252.052</u>	<u>1.981.048</u>	<u>145.493</u>	<u>1.687.256</u>
--------------	--	--	--	--	----------------	------------------	----------------	------------------

- (a) 1ª emissão de debêntures das estaduais de 15 de março de 2010 com valor real unitário de R\$1 cada uma.
- (b) 3ª emissão de debêntures da Intervias emitidas em 25 de setembro de 2013 com valor real unitário de R\$10 cada uma, e a 3ª emissão de debêntures da Autovias emitidas em dezembro de 2013 com valor real unitário de R\$300 cada uma.
- (c) 1ª emissão da Controladora emitida em 04 de outubro de 2013 com valor real unitário de R\$ 10 cada uma.
- (d) 1ª emissão de debêntures das federais emitidas em 04 de outubro de 2013 com valor real e unitário em de R\$10 cada uma.

Notas Explicativas

- (e) 2ª emissão de debêntures das estaduais Centrovias e Vianorte emitidas em 20 de março de 2014 com valor real unitário de 2014 de R\$ 10 para a Centrovias e R\$1 para a Vianorte.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, para as debêntures da 2ª série, da respectiva atualização monetária e, para todas as debêntures, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Data integralização	Valor Subscrito
1ª Emissão - Estaduais				
1ª Série	15.03.10	439.907	26.04.10	444.799
2ª Série	15.03.10	340.000	27.04.10	345.382
3ª Emissão - Estaduais	25.09.13 e 18.12.13	900.000	07.10.13 e 26.12.13	902.168
1ª Emissão - Federais	04.10.13	135.600	08.10.13	135.677
1ª Emissão - Controladora	04.10.13	20.000	08.10.13	20.016
2ª Emissão – Estaduais	20.03.14	<u>550.000</u>	25.03.14	<u>550.772</u>
		2.385.507		2.398.764

A remuneração das debêntures da 1ª série é paga trimestralmente todo dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro desde junho de 2010, e é amortizada trimestralmente desde 15 de março de 2011.

A remuneração das debêntures da 2ª série é paga anualmente todo dia 15 do mês de março, desde março de 2011, e será amortizada anualmente a partir de 15 de março de 2015. A remuneração das debêntures da 2ª emissão será paga trimestralmente todo dia 22 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro e está sendo amortizada trimestralmente desde 22 de novembro de 2011.

A remuneração das debêntures da 1ª e 2ª série das concessionárias Autovias e Intervias foram liquidadas antes do previsto devido ao refinanciamento através das novas emissões, conforme item b acima.

A remuneração das debêntures da 3ª emissão da concessionária Intervias é paga semestralmente todo dia 25 dos meses de março e setembro a partir de 2014 e amortizadas em 3 parcelas anuais, a partir de 25 de setembro de 2016.

A remuneração das debêntures da 3ª emissão da concessionária Autovias será paga semestralmente, sendo o primeiro pagamento em 18 de fevereiro de 2014 e a amortização do principal será em 3 parcelas anuais, sendo o primeiro pagamento em fevereiro de 2015.

A remuneração das debêntures da 1ª emissão das concessionárias federais e da Controladora será paga em uma única parcela juntamente com o principal na data do seu vencimento.

A remuneração das debêntures da 2ª emissão das concessionárias estaduais será paga semestralmente todo dia 20 dos meses de setembro e março e será amortizada semestralmente após 1 ano de carência nos meses de março e setembro para a Vianorte e semestralmente com primeiro pagamento em 20 de dezembro de 2014, e os demais pagamentos nos meses de junho e dezembro de cada ano e será amortizada semestralmente a partir 20 de junho de 2015 para a Centrovias.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2014, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2015 (após março)	759.678
2016	596.009
2017	568.387
2018	<u>56.974</u>
	<u>1.981.048</u>

As debêntures da 1ª e 2ª emissão das concessionárias estaduais contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção "Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública", arquivado na CVM.

Em 31 de março de 2014, as controladas da Sociedade, emissora das debêntures, não apresentavam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 99,99% das ações de emissão das emissoras. O percentual de penhor será reduzido periodicamente, conforme as debêntures forem sendo amortizadas.
2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão será proporcionalmente reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização.
4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento ("Sinking Fund"), conforme descrito na nota explicativa nº8.

As debêntures da 1ª emissão da Controladora e das concessionárias federais, da 2ª emissão da Centrovias e Vianorte e da 3ª emissão da Autovias e Intervias contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção "Escrituras e adiantamentos de debêntures", arquivado na CVM.

Em 31 de março de 2014, a Sociedade e suas controladas, emissoras das debêntures, não apresentavam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures das concessionárias federais, estaduais e Controladora emitidas em 2013 e 2014 são garantidas por:

1. Fiança prestada pela Fiadora (Arteris S.A.), em favor dos Debenturistas.

Notas Explicativas

2. A Fiança é prestada em caráter universal e compreenderá a dívida principal e todos os seus acessórios, como juros moratórios, multa convencional ou moratória, e outros acréscimos, inclusive eventuais custos incorridos pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais.
3. O Valor Garantido será pago pela Fiadora em até 3 (três) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Fiadora, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas.
4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
5. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.
6. A inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente.
7. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da fiança prevista, em uma ou mais vezes, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora.

Notas Explicativas**14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

	<u>Controladora (*)</u>	
	31.03.2014	31.12.2013
Ativo circulante		
Contas a receber - partes relacionadas:		
Controladas:		
Autovias (a)	230	269
Centrovias (a)	215	270
Intervias (a)	215	267
Vianorte (a)	215	267
Planalto Sul (b)	504	453
Fluminense (b)	735	621
Fernão Dias (b)	584	599
Régis Bittencourt (b)	1.175	892
Litoral Sul (b)	869	693
Latina Manutenção	322	166
Latina Sinalização	88	120
Autovias (e)	1.969	1.716
Centrovias (e)	1.534	1.218
Intervias (e)	2.087	1.763
Planalto Sul (c)	11.240	8.592
Fluminense (c)	7.519	5.415
Fernão Dias (c)	21.095	17.412
Régis Bittencourt (c)	10.229	9.908
Litoral Sul (c)	<u>13.242</u>	<u>9.626</u>
Total	<u>74.067</u>	<u>60.227</u>

	<u>Controladora (*)</u>	
	31.03.2014	31.12.2013
Dividendos a receber de controladas:		
Fluminense	4.215	4.215
Régis Bittencourt	7.675	7.675
Litoral Sul	<u>2.742</u>	<u>2.742</u>
Total	<u>14.632</u>	<u>14.632</u>

	<u>Controladora (*)</u>	
	31.03.2014	31.12.2013
<u>Ativo não circulante</u>		
Contas a receber partes relacionadas - controladas:		
Planalto Sul (c)	152.606	151.483
Fluminense (c)	141.414	100.418
Fernão Dias (c)	283.260	235.227
Régis Bittencourt (c)	130.259	127.471
Litoral Sul (c)	<u>239.713</u>	<u>173.227</u>
Total	<u>947.252</u>	<u>787.826</u>

(*) Não há saldos no consolidado.

	<u>Controladora (*)</u>	
	31.03.2014	31.12.2013
<u>Passivo circulante</u>		
Empréstimos e financiamentos a controladas:		
Autovias (d)	24.326	18.275
Centrovias (d)	13.568	9.840
Intervias (d)	29.539	22.485
Vianorte (d)	<u>13.394</u>	<u>10.075</u>
Total	<u>80.827</u>	<u>60.675</u>

(*) Não há saldos no consolidado.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013
Contas a pagar:				
Partes relacionadas:				
Participe em Brasil S.L.	155	154	155	154
Controladas:				
Centrovias (b)	12	12	-	-
Intervias (b)	11	33	-	-
Planalto Sul	1	-	-	-
Latina Sinalização	-	2	-	-
Total	<u>179</u>	<u>201</u>	<u>155</u>	<u>154</u>

Passivo não circulante

	Controladora (*)	
	31.03.2014	31.12.2013
Empréstimos e financiamentos de controladas:		
Autovias (d)	265.955	235.955
Centrovias (d)	149.361	149.361
Intervias (d)	289.261	289.261
Vianorte (d)	154.649	154.000
Total	<u>859.226</u>	<u>828.577</u>

(*) Não há saldos no consolidado.

- (a) Referem-se a despesas administrativas das concessionárias estaduais pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas.
- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris.
- (c) Contratos de mútuo ativo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,7% ao ano com vencimentos de juros a partir de dezembro de 2015 e do principal a partir de dezembro de 2015. No período findo em 31 de março de 2014, foram efetuados novos mútuos com as controladas Fluminense, Fernão Dias e Litoral Sul nos valores de R\$40.000, R\$45.000 e R\$65.000, respectivamente, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,4% a.a..
- (d) Contratos de mútuo passivo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,7% ao ano com vencimentos de juros, a partir de dezembro de 2013 e do principal a partir de dezembro de 2015. No período findo em 31 de março de 2014, foram efetuados novos mútuos com a controlada Autovias no valor de R\$30.000, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,4% a.a..
- (e) Refere-se a juros sobre capital próprio a receber.

Notas Explicativas

	<u>Controladora</u>	
	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas:		
Controladas:		
Autovias	(7.119)	(4.059)
Centrovias	(4.385)	(1.229)
Intervias	(8.300)	(5.424)
Vianorte	(4.669)	(764)
Planalto Sul	4.437	1.321
Fluminense	3.646	1.171
Fernão Dias	7.902	3.568
Régis Bittencourt	3.657	2.391
Litoral Sul	<u>6.002</u>	<u>1.748</u>
Total	<u>1.171</u>	<u>(1.277)</u>

No decorrer do período de três meses findo em 31 de março de 2014, a sociedade reconheceu os montantes de R\$3.208 (R\$2.248 em 31 de março de 2013) na controladora e R\$5.251 (R\$4.418 em 31 de março de 2013) no consolidado, a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e/ou a suas controladas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de março de 2014, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$8.419 na controladora e R\$37.229 no consolidado.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade e suas controladas proveem a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Notas Explicativas

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade e de suas controladas. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade e suas controladas com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

15. CREDORES PELA CONCESSÃO

Referem-se aos valores dos ônus das concessões obtidas pelas controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte, devidos ao DER/SP pela outorga das concessões estaduais, ajustados a valor presente.

Os valores dos ônus das concessões serão liquidados em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998 pela Autovias, em Junho de 1998 pela Centrovias, em fevereiro de 2000 pela Intervias e em março de 1998 pela Vianorte. Os montantes são reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o TAM (Termo Aditivo Modificativo) em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA. As demais correções utilizadas pela concessão serão mantidas pelo IGP-M e possível revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice somente no reajuste das tarifas de pedágio, poderá determinar o reequilíbrio em favor das Sociedades ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário Estadual de Logística e transportes em 28 de junho de 2012 e será vigente no próximo exercício, sendo aplicável ao reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01 de julho de 2013 pelo índice do IGPM, mas com repasse zero aos usuários. O Conselho Diretor sugere medidas de recomposição do desequilíbrio dos contratos de concessão. Tais medidas deverão ser avaliadas individualmente, deliberadas pela Secretaria dos Transportes e aprovadas pelo Poder Concedente. Na data base de 31 de março de 2014, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo - TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

<u>Circulante</u>		<u>Consolidado</u>			
		<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em(*)</u>	
		<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Autovias	Direito de outorga	7.439	7.219	7.640	7.414
	Parcela variável (a)	424	418	424	418

Notas Explicativas

Centrovias	Direito de outorga	11.131	10.802	11.432	11.093
	Parcela variável (a)	453	462	453	462
Intervias	Direito de outorga	6.738	6.640	7.114	6.903
	Parcela variável (b)	582	537	582	537
Vianorte	Direito de outorga	44.334	43.825	46.378	45.006
	Parcela variável (a)	<u>384</u>	<u>396</u>	<u>384</u>	<u>396</u>
Total		<u>71.485</u>	<u>70.299</u>	<u>74.407</u>	<u>72.229</u>

Consolidado

		Valor presente		Valor real em(*)	
		31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013
<u>Não circulante</u>					
Autovias	Direito de outorga	23.239	24.176	26.545	27.780
Centrovias	Direito de outorga	32.421	33.910	36.814	38.735
Intervias	Direito de outorga	29.607	30.189	34.968	35.864
Vianorte	Direito de outorga	<u>121.870</u>	<u>128.265</u>	<u>137.563</u>	<u>145.646</u>
Total		<u>207.137</u>	<u>216.540</u>	<u>235.890</u>	<u>248.025</u>

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Excepcionalmente, nos meses de julho a setembro, de 2013, o ônus variável foi calculado usando o índice de 1,5% sobre a receita bruta como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a partir de 01 de julho de 2013, conforme publicação no D.O.E de 27 de julho de 2013, processo 015.147/2013 e protocolo 234.316/13.

(b) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal de pedágio e 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente

Em 14 de dezembro de 2013, o conselho diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização anteriormente concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de Outorga Variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as Receitas da Concessionária). Esta prorrogação não inclui os pagamentos efetuados em novembro 2013 referente à outorga variável de competência do mês de outubro de 2013.

Notas Explicativas

A quantidade de parcelas a partir de 31 de março de 2014 está assim representada:

	<u>Parcelas</u>		<u>Total</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
Autovias	12	41	53
Centrovias	12	38	50
Intervias	12	58	70
Vianorte	12	35	47

Os valores pagos pelas controladas da Sociedade no decorrer do período findo em 31 de março de 2014 ao Poder Concedente estão assim representados:

	<u>Outorga</u>		<u>Valor pago</u>
	<u>Fixa</u>	<u>Variável</u>	
Autovias	1.813	1.213	3.026
Centrovias	2.713	1.329	4.042
Intervias	1.688	1.610	3.298
Vianorte	<u>11.005</u>	<u>1.135</u>	<u>12.140</u>
Total	<u>17.219</u>	<u>5.287</u>	<u>22.506</u>

Em 31 de março de 2014, as parcelas relativas ao valor real classificadas no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento

2015	55.345
2016	73.795
2017	81.655
2018	17.258
Após 2019	<u>7.837</u>
	<u>235.890</u>

As concessões de rodovias federais não compreendem pagamentos de concessão por serem referentes à modalidade de oferta de menor tarifa de pedágio.

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade e suas controladas têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade e de suas controladas.

Notas Explicativas

A movimentação do saldo consolidado dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período de três meses findo em 31 de março de 2014 são conforme segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.03.2014</u>
Cíveis	5.858	1.656	(784)	(365)	6.365
Trabalhistas	<u>5.929</u>	<u>2.387</u>	<u>(1.520)</u>	<u>(126)</u>	<u>6.670</u>
Total	<u>11.787</u>	<u>4.043</u>	<u>(2.304)</u>	<u>(491)</u>	<u>13.035</u>

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas são parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$6.069 e R\$4.465, respectivamente em cada natureza de risco, em 31 de março de 2014 (R\$8.443 e R\$3.757 em 31 de dezembro de 2013).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o período de três meses findo em 31 de março de 2014 são conforme seguem:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>
Saldos em 31.12.2013	71.043	68.489	401.395	43.151
Adições	-	-	26.638	-
Utilizações	(4.405)	(475)	-	-
Ajuste a valor presente	-	749	7.913	768
Transferências	<u>17.806</u>	<u>13.363</u>	<u>(17.806)</u>	<u>(13.363)</u>
Saldos em 31.03.2014	<u>84.444</u>	<u>82.126</u>	<u>418.140</u>	<u>30.556</u>

Os pagamentos efetuados no período de três meses findo em 31 de março de 2014, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$19.947.

Notas Explicativas

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 31 de março de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 é de R\$772.417 e está representado por 344.444.440 ações ordinárias sem valor nominal em 31 de março de 2014, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31.03.2014</u>	
	Quantidade de <u>ações</u> <u>subscritas</u>	<u>Participação - %</u>
Participes en Brasil S.L.	238.563.304	69,26
Conselho de Administração	5	0,00
Outros	105.881.131	30,74
Total	<u>344.444.440</u>	<u>100,00</u>

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos (Controladora):

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A administração da Sociedade propôs a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas, referentes ao exercício de 2013, totalizando R\$101.405 mil a ser deliberado na Assembleia Geral Ordinária (R\$92.447 em 31 de dezembro de 2012).

18. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
Receita de serviços prestados	575.235	536.515
Receita de serviços de construção	377.691	226.806
Outras receitas	13.793	27.331
	<u>966.719</u>	<u>790.652</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

Notas Explicativas

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
Receita bruta	966.719	790.652
ISSQN	(34.450)	(30.863)
PIS	(4.795)	(3.661)
COFINS	(22.142)	(16.886)
Outras deduções	<u>(272)</u>	<u>(1.121)</u>
Receita líquida	<u>905.060</u>	<u>738.121</u>

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZAEstão representados por

	<u>Controladora</u>	
	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
Despesas:		
Com pessoal	(3.265)	(2.257)
Serviços de terceiros	(559)	(700)
Depreciação / amortização	(484)	(314)
Seguros / garantias	(1)	(19)
Consumo	(299)	(159)
Transportes	(137)	(82)
Outros	<u>(2.382)</u>	<u>(1.555)</u>
Total	<u>(7.127)</u>	<u>(5.086)</u>

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
Custos:		
Custo de construção	(377.691)	(226.806)
Com pessoal	(33.140)	(31.002)
Serviços de terceiros	(42.133)	(37.024)
Depreciação / amortização	(73.964)	(61.873)
Custos com poder concedente	(5.317)	(9.323)
Seguros / garantias	(6.051)	(5.426)
Conservação	(26.460)	(23.737)
Provisão de manutenção em rodovias	(38.493)	(48.894)
Taxa fiscalização	(9.613)	(9.097)
Outros	<u>(3.761)</u>	<u>(28.102)</u>
Total	<u>(616.623)</u>	<u>(481.284)</u>

Notas Explicativas

Despesas:	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
Com pessoal	(23.507)	(18.323)
Serviços de terceiros	(7.879)	(8.772)
Depreciação / amortização	(3.809)	(3.741)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(1.072)	(1.169)
Seguros / garantias	(414)	(387)
Outros	<u>(12.839)</u>	<u>(11.327)</u>
Total	<u>(49.520)</u>	<u>(43.719)</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Controladora</u>	
	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.21013</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos	26.058	10.398
Aplicações financeiras	2.118	343
Outras receitas	<u>24</u>	<u>-</u>
Total receitas	<u>28.200</u>	<u>10.741</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(24.473)	(11.476)
Outras despesas	<u>(6.231)</u>	<u>(2.028)</u>
Total despesas	<u>(30.704)</u>	<u>(13.504)</u>

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos	414	214
Aplicações financeiras	23.474	12.348
Encargos Financeiros - reversão de ajuste a valor presente	2	-
Outras receitas	<u>153</u>	<u>63</u>
Total receitas	<u>24.043</u>	<u>12.625</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(79.146)	(61.672)
Atualização monetária do ônus da Concessão	(8.970)	(6.288)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(9.462)	(9.320)
Outras despesas	<u>(10.211)</u>	<u>(5.632)</u>
Total despesas	<u>(107.789)</u>	<u>(82.912)</u>

Notas Explicativas**21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	25.898	18.115
Juros capitalizados	12.756	7.471

22. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 31 de março de 2014 e de 2013 são como segue:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	98.495	89.144
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(33.488)	(30.309)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Equivalência patrimonial	36.265	32.225
Juros sobre o capital próprio recebidos	(2.235)	(2.021)
Outros ajustes	<u>(542)</u>	<u>(105)</u>
Despesa contabilizada	<u> -</u>	<u> -</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	-	-

Notas Explicativas

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	154.822	142.924
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(52.639)	(48.594)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outros ajustes	<u>(1.352)</u>	<u>1.606</u>
Despesa contabilizada	<u>(53.964)</u>	<u>(50.200)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(56.616)	(48.486)
Diferidos	2.652	(1.714)

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade e suas controladas para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A Sociedade, apoiada por seus assessores, analisou os dispositivos desta MP e os impactos que poderiam gerar sobre as informações trimestrais para o período de três meses findo em 31 de março de 2014, concluindo que não há efeitos significativos a serem registrados em 31 de março de 2014.

Até a conclusão das informações trimestrais para o período de três meses findo em 31 de março de 2014 a Administração da Sociedade não havia decidido sobre a adoção antecipada desta MP, para o exercício de 2014.

23. LUCRO POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	<u>Controladora</u>	
	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
<u>Básico</u>		
Lucro líquido do período	98.495	89.144
Número de ações durante o ano	<u>344.444</u>	<u>344.444</u>
Lucro por ação - básico	<u>0,2860</u>	<u>0,2588</u>
<u>Diluído</u>		
Lucro utilizado na apuração do lucro básico por ação	98.495	89.144
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro diluído por ação	<u>344.444</u>	<u>344.444</u>
Lucro por ação - diluído	<u>0,2860</u>	<u>0,2588</u>

Notas Explicativas

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
<u>Básico</u>		
Lucro líquido do período	100.858	92.724
Número de ações durante o ano	<u>344.444</u>	<u>344.444</u>
Lucro por ação - básico	<u>0,2928</u>	<u>0,2692</u>
<u>Diluído</u>		
Lucro utilizado na apuração do lucro básico por ação	100.858	92.724
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro diluído por ação	<u>344.444</u>	<u>344.444</u>
Lucro por ação - diluído	<u>0,2928</u>	<u>0,2692</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação, pois não houve durante o período de três meses findo em 31 de março de 2014, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade e de suas controladas estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e as reservas de lucros.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Notas Explicativas

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade e suas controladas não detiveram instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Ativos	Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	17.996	185.442	1.283.907	929.911
Partes relacionadas	1.021.319	848.053	-	-
Contas a Receber	-	-	115.198	126.709
Aplicações vinculadas			90.174	110.987
Outras contas a receber	1.970	2.826	5.286	5.691

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivos	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores	1.905	1.071	129.933	122.405
Empréstimos e financiamentos	-	-	2.399.306	2.291.979
Debêntures	210.648	205.022	2.233.100	1.832.749
Partes relacionadas	940.232	889.452	-	-
Credores pela concessão	-	-	278.622	286.839
Outras contas a pagar	4.463	4.347	10.518	9.833

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de março de 2014, a Sociedade e suas controladas não apresentavam saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Notas Explicativas

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de março de 2014, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I</u> <u>(provável)</u>	<u>Cenário II</u> <u>(+ 25%)</u>	<u>Cenário III</u> <u>(- 25%)</u>	<u>Cenário IV</u> <u>(+ 50%)</u>
CDI	11,00%	13,75%	8,25%	16,50%
Juros a incorrer(*)	(222.238)	(265.149)	(168.672)	(321.106)
Receita de aplicações financeiras	159.585	199.442	122.037	236.989
TJLP	5,00%	6,25%	3,75%	7,50%
Juros A incorrer(*)	(153.259)	(183.419)	(139.012)	(197.554)
IPCA	5,90%	7,38%	4,43%	8,66%
Juros a Incorrer(*)	<u>(50.841)</u>	<u>(55.521)</u>	<u>(41.344)</u>	<u>(66.358)</u>
Juros a incorrer Líquido(*)	<u>(266.753)</u>	<u>(304.647)</u>	<u>(226.991)</u>	<u>(348.029)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de março de 2014, as controladas apresentavam valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. R\$106.262, além de valores a receber das empresas Dbtrans de R\$ 117, Conectar de R\$ 141, e Autoexpresso de R\$1 (R\$326, R\$249 e R\$5 em 31 de dezembro de 2013, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber".

As controladas possuem carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

Notas Explicativas

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	2019 em diante	<u>Total</u>
Debêntures (CDI)	11,85	507.632	619.493	567.839	325.833	-	2.020.797
BNDES Automático	7,91	292.115	258.892	269.552	733.546	1.443.213	2.997.318
Finame	4,21	3.296	3.237	141	-	-	6.674
Outorga	6,46	67.406	74.094	83.935	84.257	6.635	316.327
Leasing	4,78	1.947	1.485	142	-	-	3.574
Volks	16,63	24	-	-	-	-	24
Debêntures (IPCA)	15,55	<u>179.909</u>	<u>203.423</u>	<u>180.995</u>	<u>42.586</u>	-	<u>606.913</u>
Total		<u><u>1.052.329</u></u>	<u><u>1.160.624</u></u>	<u><u>1.102.604</u></u>	<u><u>1.186.222</u></u>	<u><u>1.449.848</u></u>	<u><u>5.951.627</u></u>

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Sociedade adotou o CPC 22 e a IFRS 8 - Informações por Segmento a partir de 1º de janeiro de 2009, os quais requerem que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios em construção e concessão de rodovias. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características estão mencionadas nas notas explicativas nº 2 e nº 4.

Notas Explicativas

a) Demonstração do resultado por segmento

	31.03.2014			Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
	Concessão	Construção	Total		
Receita Líquida do segmento	908.414	131.334	1.039.748	(134.688)	905.060
Custos	(641.179)	(120.867)	(762.046)	145.423	(616.623)
Lucro bruto	267.235	10.467	277.702	10.735	288.437
Despesas gerais e administrativas	(38.740)	(5.988)	(44.728)	(11.051)	(55.779)
Outras (despesas) receitas operacionais	221	298	519	5.397	5.916
Receitas financeiras	45.341	621	45.962	(21.919)	24.043
Despesas financeiras	(126.879)	(325)	(127.204)	19.415	(107.789)
Variação cambial líquida	-	-	-	(6)	(6)
Lucro operacional antes dos impostos	147.178	5.073	152.251	2.571	154.822
Imposto de renda e contribuição social:					
Correntes	(54.935)	(1.682)	(56.617)	1	(56.616)
Diferidos	3.207	663	3.870	(1.218)	2.652
Lucro do período	95.450	4.054	99.504	1.354	100.858

	31.03.2013			Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
	Concessão	Construção	Total		
Receita Líquida do segmento	721.358	106.313	827.671	(89.550)	738.121
Custos	(473.855)	(100.558)	(574.413)	93.129	(481.284)
Lucro bruto	247.503	5.755	253.258	3.579	256.837
Despesas gerais e administrativas	(36.153)	(4.864)	(41.017)	(7.929)	(48.946)
Outras (despesas) receitas operacionais	278	-	278	5.056	5.334
Receitas financeiras	23.183	376	23.559	(10.934)	12.625
Despesas financeiras	(90.706)	(391)	(91.097)	8.185	(82.912)
Variação cambial líquida	-	-	-	(14)	(14)
Lucro operacional antes dos impostos	144.105	876	144.981	(2.057)	142.924
Imposto de renda e contribuição social:					
Correntes	(48.101)	(382)	(48.483)	(3)	(48.486)
Diferidos	(1.760)	43	(1.717)	3	(1.714)
Lucro do período	94.244	537	94.781	(2.057)	92.724

Notas Explicativas**b) Balanços por segmento**

Ativos	31.03.2014			Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
	Concessão	Construção	Total		
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	1.239.797	26.114	1.265.911	17.996	1.283.907
Contas a receber	114.448	750	115.198	-	115.198
Aplicações financeiras vinculadas	22.713	-	22.713	-	22.713
Contas a receber partes relacionadas	75.166	-	75.166	(75.166)	-
Outros circulantes	35.635	94.930	130.565	(85.205)	45.360
Total circulantes	1.487.759	121.794	1.609.553	(142.375)	1.467.178
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras vinculadas	67.461	-	67.461	-	67.461
Contas a receber partes relacionadas	864.894	-	864.894	(864.894)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	148.998	5.221	154.219	23.838	178.057
Outros não circulantes	15.607	291	15.898	21.395	37.293
Imobilizado	13.247	20.910	34.157	7.012	41.169
Intangível	6.217.445	7.141	6.224.586	638	6.225.224
Diferido	70.110	-	70.110	(70.110)	-
Total não circulantes	7.397.762	33.563	7.431.325	(882.121)	6.549.204
Total dos ativos	8.885.521	155.357	9.040.878	(1.024.496)	8.016.382

31.03.2014

Passivos	31.03.2014			Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
	Concessão	Construção	Total		
CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	120.957	5.948	126.905	25.572	152.477
Debêntures	252.052	-	252.052	-	252.052
Fornecedores	98.247	29.565	127.812	1.836	129.648
Obrigações sociais e fiscais	115.657	35.939	151.596	15.058	166.654
Credores pela concessão	71.485	-	71.485	-	71.485
Dividendos Propostos	14.632	-	14.632	7.551	22.183
Sinistros recebidos	39.266	-	39.266	-	39.266
Provisão Manutenção / Investimentos	166.570	-	166.570	-	166.570
Outros circulantes	215.864	16.569	232.433	(175.340)	57.093
Total circulantes	1.094.730	88.021	1.182.751	(125.323)	1.057.428
NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	2.386.336	3.265	2.389.601	(142.772)	2.246.829
Debêntures	1.770.616	-	1.770.616	210.432	1.981.048
Credores pela concessão	207.137	-	207.137	-	207.137
Provisão manutenção/investimento	448.696	-	448.696	-	448.696
Outros não circulantes	901.848	4.279	906.127	(811.314)	94.813
Total não circulantes	5.714.633	7.544	5.722.177	(743.654)	4.978.523
Patrimônio líquido	2.076.158	59.792	2.135.950	(155.519)	1.980.431
Total dos passivos	<u>8.885.521</u>	<u>155.357</u>	<u>9.040.878</u>	<u>(1.024.496)</u>	<u>8.016.382</u>

Notas Explicativas

Ativos	31.12.2013			Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
	Concessão	Construção	Total		
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	708.395	36.074	744.469	185.442	929.911
Contas a receber	125.981	728	126.709	-	126.709
Aplicações financeiras vinculadas	47.383	-	47.383	-	47.383
Contas a receber partes relacionadas	60.682	-	60.682	(60.682)	-
Outros circulantes	33.044	79.073	112.117	(54.662)	57.455
Total circulantes	975.485	115.875	1.091.360	70.098	1.161.458
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras vinculadas	63.604	-	63.604	-	63.604
Contas a receber partes relacionadas	828.577	-	828.577	(828.577)	-
Imposto de renda e contrib. social diferidos	142.495	4.558	147.053	25.055	172.108
Outros não circulantes	15.565	268	15.833	6.162	21.995
Imobilizado	19.298	21.984	41.282	5.095	46.377
Intangível	5.894.424	7.386	5.902.810	659	5.903.469
Diferido	84.424	-	84.424	(84.424)	-
Total não circulantes	7.049.387	34.196	7.083.583	(876.030)	6.207.553
Total dos ativos	8.024.872	150.071	8.174.943	(805.932)	7.369.011

Passivos	31.12.2013			Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
	Concessão	Construção	Total		
CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	136.872	6.008	142.880	109	142.989
Debêntures	145.511	-	145.511	(18)	145.493
Fornecedores	99.345	21.764	121.109	1.006	122.115
Obrigações sociais e fiscais	113.322	35.017	148.339	14.239	162.578
Credores pela concessão	70.299	-	70.299	-	70.299
Dividendos Propostos	14.632	-	14.632	7.551	22.183
Provisão Manutenção / Investimentos	139.532	-	139.532	-	139.532
Sinistros recebidos	-	-	-	40.152	40.152
Outros circulantes	208.327	15.738	224.065	(168.915)	55.150
Total circulantes	927.840	78.527	1.006.367	(105.876)	900.491
NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	2.283.329	4.578	2.287.907	(138.917)	2.148.990
Debêntures	1.482.450	-	1.482.450	204.806	1.687.256
Credores pela concessão	216.540	-	216.540	-	216.540
Provisão manutenção/investimento	444.546	-	444.546	-	444.546
Outros não circulantes	734.311	4.228	738.539	(646.924)	91.615
Total não circulantes	5.161.176	8.806	5.169.982	(581.035)	4.588.947
Patrimônio líquido	1.935.856	62.738	1.998.594	(119.021)	1.879.573
Total dos passivos	8.024.872	150.071	8.174.943	(805.932)	7.369.011

Notas Explicativas

26. GARANTIAS E SEGUROS

As concessionárias, por força contratual, mantêm regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de março de 2014, as coberturas de seguros das controladas são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização estaduais			
		Autovias	Centrovias	Intervias	Vianorte
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	160.000	160.000	160.000	160.000
	Responsabilidade civil	35.000	37.000	35.000	37.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	106.707	122.025	149.388	122.292

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização - federais				
		Planalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	180.000	180.000	180.000	180.000	160.000
	Responsabilidade civil	32.000	40.000	40.000	40.000	32.000
Garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	122.025	70.194	131.061	132.205	122.025

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade mantém apólice de seguros de responsabilidade civil para os conselheiros, diretores e administradores, com limite de indenização no montante de R\$51.750.

Notas Explicativas

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Litoral Sul

Em 17 de abril de 2014 foram integralizados R\$2.742 representados por 2.016.425 ações ordinárias sem valor nominal que foram subscritas em 17 de abril de 2014 através de Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, valor este referente a Dividendos Propostos com base no resultado do exercício de 2013. A Sociedade recebeu no dia 01 de abril de 2014 o montante de R\$30.000 referente à Mútuo contratado junto a sua controladora Arteris S.A.

Régis Bittencourt

Em 17 de abril de 2014 foram integralizados R\$ 7.675 representados por 2.963.437 ações ordinárias sem valor nominal que foram subscritas em 17 de abril de 2014 através de Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, valor este referente a Dividendos Propostos com base no resultado do exercício de 2013.

Fluminense

Em 16 de abril de 2014 foram integralizados R\$ 4.215 representados por 2.445.134 ações ordinárias sem valor nominal que foram subscritas através de Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, valor este referente a Dividendos Propostos com base no resultado do exercício de 2013.

Paulista

Em 14 de abril de 2014 foi aprovada a incorporação da Paulista Gerenciamento de Rodovias Ltda. ("Paulista") pela Latina Manutenção de Rodovias Ltda. ("Latina"), ambas sociedades controladas pela Arteris ("Incorporação"). A Incorporação da Paulista pela Latina integra projeto de reorganização societária do grupo, o qual visa à melhor organização das suas atividades, ao aumento de eficiência econômica e ganho de sinergias, diminuição de custos operacionais e financeiros e simplificação da estrutura societária.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao

Conselho de Administração e aos Acionistas da

Arteris S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Arteris S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a NBC TG 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 07 de maio de 2014.

BDO RCS Auditores Independentes

CRC 2SP 013846/O-1

Paulo Sérgio Tufani Francisco de Paula dos Reis Júnior

Contador CRC 1SP 124504/O-9 Contador CRC 1SP 139268/O-6

A via original deste relatório foi entregue à Sociedade devidamente assinada, acompanhada das folhas das ITR, revisadas por nós e estão rubricadas tão somente para fins de identificação.

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em reunião realizada nesta data, às 12:00 horas, os membros do Conselho Fiscal da Arteris S.A. ("Companhia"), atendendo ao disposto no Artigo 163 da Lei nº 6.404/76, após análise dos documentos, manifestaram sua concordância com o teor das informações trimestrais, Parecer dos Auditores Independentes e Notas Explicativas, relativos ao 1º trimestre de 2014.

São Paulo, 07 de maio de 2014.

Luiz Fernando Correia Parente

Conselheiro Fiscal

Domingos Aparecido Maia

Conselheiro Fiscal

Isacson Casiuch

Conselheiro Fiscal

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Arteris S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações trimestrais relativas ao período findo em 31 de março de 2014.

David Antonio Diaz Almazán

Diretor Presidente

Felipe Ezquerra Plasencia

Diretor Vice Presidente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Márcio Travain

Diretor Administrativo Financeiro

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Luis Manuel Eusébio Iñigo

Diretor

Paulo Pacheco Fernandes

Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Arteris S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes, relativos ao período findo em 31 de março de 2014.

David Antonio Diaz Almazán

Diretor Presidente

Felipe Ezquerria Plasencia

Diretor Vice Presidente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Márcio Travain

Diretor Administrativo Financeiro

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Luis Manuel Eusébio Iñigo

Diretor

Paulo Pacheco Fernandes

Diretor